

# Diário do Legislativo de 05/04/2000

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

### 2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

### 3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

### 4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

### 6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

### 7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Maria Tereza Lara

### 8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

### 9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: José Milton

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Maria José Haueisen, Rêmoló Aloise

e Luiz Tadeu Leite

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 68ª Reunião Especial

1.3 - 86ª Reunião Extraordinária

1.4 - 87ª Reunião Extraordinária

1.5 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 3/4/2000

Presidência do Deputado Marco Régis

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - José Henrique - Marco Régis - Maria Olívia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 4, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Palavras da Sra. Heleni de Mello Fonseca - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Fábio Avelar - José Henrique - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Heleni de Mello Fonseca, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, e os Exmos. Srs. José Roberto Vasconcelos, representando o Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Cláudio Guerra, Secretário Adjunto de Meio Ambiente; Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; e Aloísio Vasconcelos, Diretor da CEMIG e ex-Presidente da Associação Mineira de Engenheiros.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. Rui Leal, Gerente da Caixa Econômica Federal

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à comemoração dos 69 anos de fundação da Sociedade Mineira de Engenheiros.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Fábio Avelar

Exmo. Sr. Deputado Marco Régis, que representa, nesta solenidade, o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas, Deputado Anderson Aduato; Exma. Sra. Heleni de Mello Fonseca, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Exmos. Srs. José Roberto Vasconcelos, representando o Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Cláudio Guerra, Secretário Adjunto de Meio Ambiente; Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Aloísio Vasconcelos, Diretor da CEMIG e nosso querido ex-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Nelson Agostinho Burille, Presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho; Tércio Primo Belém Barbosa, nosso ex-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Adolfo Valadares Portela, também ex-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Rodrigo Campos, Coordenador do PROCON de Belo Horizonte; Prof. João Evangelista Alves de Paula, Diretor-Geral da Escola de Engenharia Kennedy; Srs. Valsenir Braga, Superintendente da INFRAERO - Confins; Cláudio Bueno Guerra, já citado; João José Figueiredo de Oliveira, Presidente da Associação Mineira das Empresas de Consultoria; minha esposa, Rosângela, aqui presente; meus senhores, minhas senhoras; prezados engenheiros; senhores da imprensa; colegas da COPASA; nossos queridos sócios; Deputados Paulo Piau e Doutor Viana e também todos os sócios da Sociedade Mineira de Engenheiros, a quem cumprimento na pessoa do nosso primeiro sócio, Dr. Luiz Fernandes, que muito nos honra com a sua presença, e para quem pediria uma salva de palmas. (- Palmas.)

Pouco a pouco, passo a passo, na estrada do tempo, vão se cumprindo, ora com galas, ora com sombrias horas, mas sempre com muita dedicação, as etapas cronológicas desta Sociedade Mineira de Engenheiros, que, saindo das idades ensolaradas de sua longa juventude, penetra firmemente os umbrais da frutuosa maturidade, que lhe proporciona seus 69 anos de fundação.

Fundada que foi em 4/2/31, por uma plêiade de engenheiros, tendo sido o primeiro Presidente da entidade o engenheiro Joaquim Furtado de Menezes, sendo declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 1.313, de 14/12/55, desde essa data até hoje, inúmeros foram os construtores da grandeza e da pujança que hoje é a Sociedade Mineira de Engenheiros.

Os membros de seu quadro distinguem-se, não apenas pelo bom-senso, o equilíbrio, a inteireza moral, a respeitabilidade, a probidade pessoal e administrativa, mas, sobretudo, por sua formação cultural, sua formação cristã e pela rica formação profissional, segundo princípios que regem a sua conduta, quer a pessoal, quer a profissional. Todos têm a SME como a extensão da sua própria casa, ampliação do seu lar, em que a cada dia se prolongam os afetos e os laços profissionais e de amizade. Mesmo aqueles que, por problemas diversos, não podem frequentar suas reuniões, guardam com ela um elo espiritual que lhe confere força e expressão. A Sociedade Mineira de Engenheiros identifica-se com a alma de cada um de seus associados.

Como membro integrante de seu quadro de associados, desde 9/9/81, e tendo sido Vice-Presidente de Esportes e Lazer no período de abril de 1993 a abril de 1999, não poderia me furtar do dever de requerer à Assembléia Legislativa mineira a realização desta reunião especial para comemorar os 69 anos desta tão bem conceituada entidade de classe dos engenheiros de Minas Gerais, à qual tenho a honra e o orgulho de pertencer.

O privilégio que me concedeu o povo mineiro de representá-lo neste parlamento é motivo de indescritível contentamento e orgulho.

Devo ressaltar, a propósito, que o impulso maior da jornada política que empreendi rumo a esta Casa foi fruto do incentivo e do empenho dos companheiros da COPASA, em especial, dos meus ilustres colegas engenheiros, aos quais dirijo o meu mais sincero sentimento de gratidão.

A Sociedade Mineira de Engenheiros pode contar comigo. Antes de ser Deputado Estadual, sou um engenheiro e, como profissional da engenharia há mais de 26 anos, sempre

trabalhei com seriedade, honestidade e dedicação, buscando valorizar, cada dia mais, a classe à qual tenho o prazer de pertencer.

O Deputado Estadual muitas vezes se confunde com o engenheiro de formação, e, nesse confronto, sai sempre vitorioso o profissional da engenharia.

Não poderia ser de outra maneira, afinal, 69 anos falam mais alto e significam muito: não apenas conferem à Sociedade Mineira de Engenheiros um padrão de tocante grandeza, como nos provoca, no íntimo de nosso espírito, acalorados cuidados nos caminhos a percorrer.

Os cursos que a SME promove sempre atraem o interesse da juventude e dos profissionais, preocupados em se aperfeiçoar, cada dia mais, para enfrentar o competitivo mercado de trabalho. Entre os eventos, podemos citar o Prêmio SME de Ciência e Tecnologia, o Projeto SME 12:30 e a eleição do engenheiro do ano, entre outras e várias atividades, o que demonstra a grande preocupação da entidade com a divulgação e, principalmente, com a valorização dos profissionais de engenharia. A propósito, cumpre-me aqui registrar o recente convite a mim formulado pela ilustre Presidente, Dra. Heleni para falar, no Projeto SME 12:30, sobre a concessão dos serviços de água e esgoto entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a COPASA, assunto que hoje realmente envolve todo o segmento da sociedade belo-horizontina e do Estado de Minas Gerais. Na verdade, são estudos e preparos que dão imenso trabalho aos organizadores e aos conferencistas, preocupados em propiciar sempre aos inscritos "o melhor possível". São esforços que, na realidade, nem tanto pesam, porque seus autores o fazem com gosto e alma e não menor disposição de agir em favor da Casa, servindo assim ao Brasil e a Minas Gerais, sem outro interesse que não a magnética mira de estarem esculpindo um ideal.

Meus estimados colegas, preclara Presidente, o dia da SME, 4 de fevereiro - que aqui hoje comemoramos -, se de um lado nos levará à renovação dos ideais que nos congregam e que poderemos chamar de "compromisso", se já não os consolidamos a cada encontro, seja em reunião de trabalho, seja nas sessões solenes, seja na diretoria, seja nas comissões, também nos convida à rememoração daqueles caríssimos companheiros que a morte desaparta de nós periodicamente.

Qual de nós não sente o espinho da saudade a reavivar a dor da ausência de muitos colegas que partiram para o outro mundo?

Para cada um, temos uma lembrança, um instante de convivência espiritual a gerar mais afeto na ausência que nunca se faz mais presença, ou anos e anos de amigo trato. Eles se vão, é verdade, e nos legam sua imagem e o muito que fizeram pelo engrandecimento da Sociedade Mineira de Engenheiros.

É assim, amigos, que se vitaliza esta Sociedade de Engenheiros, com a presença dos vivos, com a presença dos mortos, dos que vemos e abraçamos e daqueles por cuja alma oramos, com a ação dos vivos e a alma dos que não mais entre nós se acham.

Nesses 69 anos de existência, muitos foram seus construtores; muito da grandeza e da pujança que hoje representa a Sociedade Mineira de Engenheiros se deve aos atuais e a seus ex-Presidentes, Diretores e Superintendentes, aos quais presto aqui, como membro deste parlamento, as nossas mais sinceras homenagens.

Sra. Presidente, meus colegas engenheiros e engenheiras, aqui, dão-se as mãos os engenheiros das diversas especialidades de engenharia existentes, tais como agronomia, agrimensura, cartografia, geodésica, geografia, arquitetura, urbanismo, civil, eletricidade, eletrônica, telecomunicações, mecânica, metalurgia, minas, geologia e a química. Assim, dão-se as mãos a grande família de engenheiros de todos os rincões de Minas Gerais.

À Sociedade Mineira de Engenheiros está reservada a maior e mais importante das tarefas impostas pelo País, que é a edificação da infra-estrutura, suporte no qual se assentam os pilares do desenvolvimento.

É por tudo isso e muito mais, por tudo o que a Sociedade Mineira de Engenheiros representa para o Brasil e para o Estado de Minas Gerais, que saúdo, no transcurso de seus 69 anos de fundação, em nome de toda a Assembléia Legislativa, a pessoa de sua ilustre Presidente e toda a diretoria, fazendo votos que continue a pautar suas atuações dentro dos mesmos nobres ideais que presidiram a sua fundação, no radioso dia 4/2/31.

Ao concluir nossas palavras, gostaríamos, neste momento, de agradecer, desta tribuna, a todos os meus nobres colegas Deputados, que, por unanimidade, aprovaram este requerimento de minha autoria, que proporciona justa comemoração de data tão radiosa. Meu muito obrigado. Meus parabéns à Presidenta Heleni, a toda a Diretoria e a todos nós, ex-Presidentes e ex-Diretores. Muito obrigado.

#### Palavras da Sra. Heleni de Mello Fonseca

Exmos. Srs. Deputado Marco Régis, representando nesta solenidade o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Aduato; engenheiro José Roberto Vasconcelos, aqui representando o Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Cláudio Guerra, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Engenheiro Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA-MG -; Deputado, companheiro e engenheiro, Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; engenheiro Aloísio Marcos Vasconcelos, Diretor da CEMIG, ex-Presidente da Associação Mineira dos Engenheiros e atual Presidente do nosso Conselho Consultivo, na pessoa de quem cumprimento a todos os nossos companheiros de Diretoria da Sociedade Mineira dos Engenheiros; nossos Conselheiros aqui presentes; faço questão de cumprimentar nossos colegas engenheiros, associados da Sociedade Mineira dos Engenheiros, na pessoa do Engenheiro Luís Fernandes, aqui presente; senhoras e senhores, quase sete décadas nos separam daquele momento histórico em que um grupo de pioneiros se uniu para criar, em Minas, uma entidade que mobilizasse e desse direção e sentido à inteligência, à criatividade e à energia de nossos engenheiros, já então tão preocupados em responder aos desafios do presente e em construir um futuro mais próspero para nosso Estado e nosso povo. Fiel ainda hoje à inspiração de seus fundadores e, ao mesmo tempo, tão dinâmica e transformadora como quiseram que fosse, a Sociedade Mineira dos Engenheiros chega a seus 69 anos com uma história que é motivo de orgulho para todos nós, profissionais e mineiros.

Peço licença à Casa e, em especial, ao ilustre Deputado Fábio Avelar, que tomou a iniciativa de propor esta sessão, para compartilhar essa homenagem com todos aqueles que nos precederam à frente da Sociedade Mineira dos Engenheiros, pessoas por quem tenho muito apreço e respeito muito - são esses profissionais que construíram, de fato, a nossa história, e, em boa parte, ajudaram a construir a história de Minas e do Brasil.

Figuras emblemáticas da vida política, econômica e social de Minas passaram pela direção e pelos órgãos técnicos da SME, deixando nela as marcas indelévels de seu talento, dedicação e espírito solidário e empreendedor.

Nesses 69 anos, estivemos presentes em todos os momentos decisivos da vida mineira e da vida nacional. Erguemos bandeiras vitoriosas, como a da criação da CEMIG. Lutamos pela afirmação da siderurgia brasileira, luta da qual nasceu não só a USIMINAS, mas também a consciência da importância estratégica do setor siderúrgico.

Empenhados na modernização do País, participamos ativamente da formulação de um plano rodoviário nacional, da defesa de nosso petróleo e dos projetos de desenvolvimento que começaram a mudar a estrutura econômica de Minas, nos anos 40, 50 e 60.

Quem consultar os arquivos históricos da Sociedade Mineira de Engenheiros encontrará um registro minucioso de cada etapa da transformação deste País, pois jamais houve causa relevante e justa que não encontrasse na SME combatentes destemidos.

Embora representando apenas uma categoria profissional, a Sociedade sempre foi um plenário onde todas as correntes políticas e idéias econômicas e sociais puderam se expressar com liberdade.

Nesse sentido, ainda que sem a mesma expressão política, a SME procurou reproduzir a grandeza, o espírito público e a liberdade de pensamento que se manifestam a cada dia nesta Assembléia Legislativa de Minas.

Creio que esta homenagem do Legislativo a todos os engenheiros, arquitetos e agrônomos - hoje são mais de dez mil profissionais associados - confirma que os pioneiros e aqueles que os sucederam, ao longo de décadas, estavam no bom caminho.

Hoje, procuramos nos manter à altura das lições e dos exemplos recebidos do passado. Não para repeti-lo, o que seria trair a própria essência da mensagem que nos legaram os fundadores, mas para manter viva a tradição de presença, de luta e de participação nas grandes questões nacionais e mineiras.

Senhoras, senhores, já se tornou trivial a constatação de que a sociedade mundial atravessa hoje um momento mágico, mas também crítico. Viver momento assim é um privilégio, mas também um enorme risco.

Para os países, para os povos, para cada indivíduo, trata-se de uma encruzilhada, e aquele que souber escolher a direção certa ganhará o futuro.

Algo semelhante ocorreu há cinco séculos, na Europa da Renascença, que presenciou uma explosão de criatividade nas artes, nas técnicas e nas ciências.

Essa criatividade permitiu, entre outras aventuras, que a Europa expandisse os horizontes do mundo então conhecido. De certa forma, como brasileiros, somos o fruto dessa grande mudança nas concepções européias sobre a natureza, a realidade e os seres humanos.

E também somos herdeiros diretos da visão humanista que então se desenvolveu no Ocidente.

Hoje, quinhentos anos depois, penso que é chegado o momento de redescobrirmos o humanismo.

Esse retorno às fontes coincide não só com uma forte aspiração dos indivíduos, que desejam dar sentido à sua existência, mas também com necessidades e imposições da sociedade e do mercado de trabalho.

Do profissional de hoje não se espera somente competência técnica, mas também intuição, flexibilidade, criatividade, capacidade de lidar com os conflitos e trabalhar em equipe, sensibilidade estética e inteligência para lidar com suas próprias emoções e com as emoções alheias.

Numa síntese, o que se quer é um ser humano que reinterprete a técnica e a tecnologia de um ponto de vista abrangente e sensível.

A base ideológica do Renascimento europeu foi o humanismo, que libertou o indivíduo das rígidas normas do cristianismo medieval e situou o ser humano no centro de todas as coisas.

Esse humanismo, estimulando o desenvolvimento de uma atitude científica, revitalizou todas as áreas do pensamento.

Penso que podemos chamar o tempo presente de um novo Renascimento.

Também estamos rompendo fronteiras entre os povos, reinventando tecnologias, superando barreiras geográficas e políticas e criando, a cada dia, novos cenários para o crescimento das empresas, dos países e das pessoas.

As palavras de ordem, neste novo tempo, são as parcerias, o capital intelectual, a gestão do conhecimento, as alianças estratégicas, as fusões e as incorporações.

Não há lugar para isolamento, auto-suficiência, visão estreita do mundo e repetição de velhos estilos gerenciais.

É preciso produzir mais, claro; mas, sobretudo, é preciso produzir melhor, e, exercitando a criatividade, encontrar soluções novas e de qualidade superior. Não apenas solucionar problemas, mas entender e aprofundar a compreensão daquilo que está em jogo.

Quem se orienta pelo passado tende a se concentrar em pontos fracos e erros. Percebe as ameaças, mas não as oportunidades.

Quem só leva em conta o futuro, desprezando a experiência e o saber acumulados durante décadas ou séculos, perde a perspectiva histórica e corre o risco de reproduzir os erros do passado.

A SME, até mesmo na composição de sua diretoria e das comissões técnicas, procura reunir passado e presente de forma harmoniosa e tem uma visão de futuro que se concentra nos pontos realmente relevantes e essenciais.

A exemplo do que faz esta Casa, procuramos formular alternativas de solução para problemas econômicos e sociais, discutindo ampla e democraticamente todas as possibilidades.

Aliás, em nome da diretoria da Sociedade, desejo colocar à disposição da Assembléia Legislativa de Minas todo o nosso acervo de conhecimentos e experiências.

Sempre que os senhores parlamentares sentirem a necessidade de aprofundar determinada questão técnica, podem contar conosco, como parceiros leais, solidários e comprometidos com os legítimos interesses de Minas e do seu povo, com toda a certeza.

Temos comissões técnicas nas áreas da construção civil, energia, telecomunicações, siderurgia, mineração e transportes e podemos ainda mobilizar especialistas em outras áreas.

Como associação de defesa e valorização profissional, a SME sempre buscou novos modelos de atuação do engenheiro, compatíveis com a estrutura, o perfil e a cultura da nossa profissão.

Hoje, percebemos que é preciso ir além.

Continuaremos a cuidar das questões técnicas e culturais, sim, mas vamos promover, cada vez mais, o crescimento humano dos engenheiros, como agentes transformadores da sociedade. Senhores, isso é um enfoque diferente para a nossa sociedade mineira.

Somada à visão lógica e objetiva, que é uma das características do nosso ofício, só uma sensibilidade desenvolvida permite perceber e respeitar as nuances do comportamento humano, no ambiente externo, nas organizações e nas relações interpessoais.

No cenário contemporâneo, não basta utilizar as tecnologias mais avançadas. É fundamental estabelecer esse processo permanente de reflexão sobre atitudes, crenças e valores.

Aliás, a própria competência no uso de recursos tecnológicos de grande impacto amplia a nossa responsabilidade social. Vem daí o alinhamento com a idéia do humanismo, tomada no seu sentido mais amplo, como pensamento que afirma o valor e a dignidade essencial do ser humano.

Como o Renascimento, que mudou a vida econômica, social, tecnológica e cultural da Europa, a globalização altera os fundamentos que demarcavam a experiência da humanidade na face do planeta.

O humanismo está de volta, hoje, ao centro dos debates e das inquietações de todos os pensadores que se ocupam de questões sociais e políticas. Eles procuram estabelecer uma nova orientação para a ciência, a tecnologia e suas conseqüências sobre as pessoas, a natureza e a própria evolução histórica da sociedade. Por isso, não falamos de humanismo como concepção teórica ou formulação abstrata, mas como atividade e prática social efetiva, relacionada com as condições concretas em que vive o ser humano.

A relação com a natureza ganha hoje importância crucial, e, por isso mesmo, a luta ecológica é parte do pensamento humanista.

Como ser histórico, que vive sua experiência pessoal numa determinada sociedade, o indivíduo busca o melhor para si. Mas os conflitos de interesse muitas vezes causam desigualdades e injustiças. Por isso, estamos preocupados também em combater o bom combate da justiça social. Aliás, o próprio fundamento ético do humanismo rejeita todas as formas de discriminação e violência, seja física, seja econômica, seja racial, seja religiosa, seja sexual, seja ideológica.

Acreditamos que a verdadeira história da humanidade só começará no dia em que o valor central da sociedade for o ser humano, em sua liberdade de pensar e de agir.

Senhoras, senhores, agradeço a todos pela atenção e ao Deputado Fábio Avelar pela generosidade da iniciativa. A sociedade reconhece o seu trabalho, o seu companheirismo e a sua presença forte na comunidade.

Quero agradecer ainda, muito especialmente, a honra de ser recebida nesta Casa, onde bate mais forte o coração de Minas. O nosso agradecimento é uma homenagem que a sociedade faz a esta Casa. É o nosso agradecimento de forma muito singela. De geração em geração, a Sociedade Mineira de Engenheiros construiu uma bela história.

De olhos abertos para a realidade e comprometidos com a vontade de lutar por um futuro melhor, nossos predecessores ofereceram o seu talento a Minas e ao Brasil.

Hoje, ao examinar o futuro, somos otimistas, porque acreditamos no ser humano e na sua capacidade de construir o progresso social. Por isso, a SME está firme e claramente comprometida com o campo humanista e seus ideais e aspirações.

Queremos um mundo que promova e respeite a multiplicidade de etnias, de línguas e de costumes, de idéias e aspirações, de crenças e valores, de trabalho e criatividade.

Rejeitamos a utilização predatória dos recursos naturais, a qual torna a natureza irrecuperável.

Defendemos o uso das novas tecnologias para solucionar problemas humanos, e não para agravar a tragédia cotidiana de vastas camadas da sociedade brasileira, no que se refere a emprego, alimentação, salubridade, habitação e educação.

Queremos participar da criação de uma sociedade verdadeiramente humana e justa. E, contra certas tendências pessimistas, acreditamos que este é um sonho possível. Podemos realizá-lo, juntos. Obrigada a todos, de coração.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Faremos agora a entrega de uma placa comemorativa deste acontecimento à Dra. Heleni de Mello Fonseca, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia a Sociedade Mineira de Engenheiros, no transcurso dos 69 anos de sua fundação, em reconhecimento público pelos serviços que tem prestado ao Estado, na valorização da classe profissional que representa, na contribuição para os avanços tecnológicos e no debate progressista das questões que vinculam o desenvolvimento econômico à equidade social. Belo Horizonte, 30 de março de 2000."

- Procede-se à entrega de placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

O filósofo alemão Goethe ensinava que o gênio, a magia e o poder têm origem na ousadia. Pois essa máxima aplica-se, com perfeição, à presença dos engenheiros no processo de construção de nosso País.

Com efeito, grande parte da infra-estrutura de que dispomos aí está porque nossos profissionais da engenharia foram ousados. No Brasil-Colônia, eles ousaram ao abrir o "caminho real", serpenteando por entre serras altas e rios profundos, para carrear as riquezas das minas até a costa. No Brasil-Império, o pioneirismo do Barão de Mauá levou-os a ousar novamente e a implantar as primeiras linhas férreas. Já na era republicana, essa audácia materializa-se num sem-número de obras revolucionárias, tais como a Ferrovia Curitiba-Paranaguá; as barragens de Furnas, Três Marias e Itaipu; e a ponte Rio-Niterói, para citar uns poucos exemplos da mágica genialidade a que conseguiram chegar. Para tanto, souberam e sabem eles conciliar o domínio da técnica com particular versatilidade para transpor obstáculos aparentemente intransponíveis.

Superar acidentes geográficos é rotina no trabalho de nossos engenheiros. Poucos países de dimensões continentais como o Brasil são dotados de tantas variações de relevo, tão extensa rede fluvial, tão vasta gama de solos e climas. O que em si é uma riqueza incalculável - a ser utilizada e preservada em benefício do povo - constitui dificuldade a mais para os que constroem: aqui, fazer obras é sinônimo de galgar montanhas, de domar rios, de enfrentar a força da natureza. E, isso, nossos homenageados continuam fazendo, e bem, razão por que a homenagem de hoje - desta Assembléia à Sociedade Mineira de Engenheiros - realiza-se em boa hora. São 69 anos de existência que a entidade está comemorando, praticamente sete décadas de respeitável folha de serviços prestados à população.

O trabalho de construção no qual hoje nos empenhamos vai além de abrir estradas, erigir pontes e represar os rios. Ele diz respeito à cidadania, traduzido-se naquele ideal a que todos têm direito: promover a justiça, a paz e o progresso material.

Pois é em função desse contexto que nos servimos da ocasião festiva para formalizar uma conclamação. Estamos certos de que nossas palavras vão encontrar receptividade: afinal, estamos nos dirigindo àqueles profissionais que ajudaram a consolidar a 8ª economia do mundo e que agora vão colaborar para estabelecer a solidariedade entre os brasileiros.

Quando falamos em ser solidários, queremos dizer alimentar os que têm fome, alfabetizar os analfabetos, curar os doentes, dar casa aos sem-tetos, dar terra aos sem-terras e dar emprego aos desempregados. É - para usar uma expressão muito própria da classe que estamos homenageando - promover a reengenharia social brasileira.

Pois vamos ousar todos juntos nesse trabalho de reengenharia, caros amigos engenheiros! Assim como essa ousadia já resultou em obras materiais que nos enchem de orgulho, ela irá contribuir para que a cidadania deixe de ser uma metáfora, transformando-se em positiva realidade. Eis a mensagem que lhes dirigimos - em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais -, com nossos calorosos parabéns à Sociedade Mineira de Engenheiros, pelo seu 69º aniversário. Muito obrigado.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 31, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 86ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino, José Braga e Rômulo Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação; questões de ordem; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para votação; renovação da votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Requerimento do Deputado Miguel Martini; prejudicialidade - Questão de ordem - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58; discurso do Deputado Paulo Piau; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Amílcar Martins; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; suspensão e reabertura da reunião; chamada para verificação do número regimental; inexistência de "quorum" para votação - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - João Leite - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rômulo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

### 1ª Parte

#### Atas

- O Deputado Rômulo Aloise, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a votação da matéria constante na pauta.

#### Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando que as matérias da pauta sejam apreciadas na ordem em que nela constam. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Miguel Martini - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Antes, porém, pergunta ao Deputado Sandoval Coelho se já fez junto à Mesa o seu cadastro para que possa votar pelo processo eletrônico.

#### Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, está perfeitamente claro que o processo de verificação está à espera da chegada dos Deputados ao Plenário. Todos já estão conscientes dessa votação. Não seria o momento de fazer essa pergunta.

O Sr. Presidente - A Presidência insiste na questão formulada ao Deputado Sandoval Coelho, por considerar extremamente relevante fazê-lo. O Deputado acabou de chegar e deve, obviamente, participar do processo de votação.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. disse que ninguém iria ganhar no grito, mas parece que é o que vai acontecer aqui. (- Pausa.) Sr. Presidente, acredito que a Assessoria pode orientá-lo.

O Sr. Presidente - Deputado Miguel Martini, a Presidência está solicitando à Assessoria da Mesa que resolva o problema do novo Deputado que se encontra entre nós, para que ele possa participar do processo de votação. Qual é o problema?

O Deputado Miguel Martini - Sugiuro a V. Exa. que peça à Assessoria para mandar buscar os Deputados em casa, no seu município, enquanto esperamos. A verificação de votação, Sr. Presidente, diz respeito a quem votou, a quem está no Plenário. V. Exa. está esperando, talvez, que liguem para todos os gabinetes.

O Sr. Presidente - O Deputado Sandoval Coelho se encontrava no Plenário no momento em que V. Exa. solicitou a verificação de votação.

O Deputado Amílcar Martins - V. Exa. está querendo polemizar para ganhar tempo. A verificação é dos que votaram, Sr. Presidente. V. Exa. sabe disso perfeitamente. A manipulação que está sendo feita é uma vergonha para este Plenário, é uma vergonha para o Poder Legislativo.

O Sr. Presidente - Não é vergonha.

O Deputado Amilcar Martins - É uma vergonha, e V. Exa. está comandando pessoalmente essa vergonha. É isso o que está acontecendo.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado Sandoval que ateste ao Plenário se estava ou não no Plenário no momento da votação.

O Deputado Sandoval Coelho - Qual é mesmo a pergunta, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - A Presidência pergunta a V. Exa. se, no momento em que a Presidência colocou o requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em votação, V. Exa. se encontrava no Plenário.

A Presidência quer esclarecer as coisas, exatamente para que a Oposição não faça o cavalo-de-batalha que deseja fazer sobre uma decisão extremamente legítima conduzida pela Presidência.

No momento em que a Presidência colocou o requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em votação, V. Exa., Deputado Sandoval Coelho, encontrava-se em Plenário?

O Deputado Sandoval Coelho - Sim, Sr. Presidente.

O Deputado Amilcar Martins - Ninguém está discutindo isso.

O Sr. Presidente - Então, qual é o problema?

O Deputado Miguel Martini - O problema é que a verificação solicitada foi a de votação dos Deputados que votaram - nenhuma outra. V. Exa. está polemizando para ganhar tempo e juntar Deputados no Plenário.

O Sr. Presidente - V. Exa. está enganado. A partir do momento em que os senhores solicitaram a verificação de votação, se um Deputado que está aqui entre nós não teve ainda feita a sua inscrição, para ver se ele está ou não inscrito para votar pelo processo eletrônico, a Presidência tem de dar o devido tempo para que ele se cadastre. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, gostaria de desejar um bom dia e que os nervos se acalmem neste Plenário. Vamos votar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Para justificar a decisão desta Presidência, gostaria de ler a decisão proferida em 18/12/97, pelo Deputado Romeu Queiroz, ex-Presidente desta Casa. (- Lê:)

"O Deputado Durval Ângelo - V. Exa. pode verificar, conforme os assistentes e os membros da imprensa também verificaram, que mais de 10 Deputados entraram no Plenário, após a solicitação de verificação de votação. Gostaria de saber qual é o procedimento desta Casa quanto a esta questão. O Presidente respondeu: A Presidência respeita e considera o resultado do painel".

Ora, se foi solicitada a esta Presidência a verificação de votação e se a verificação de votação seria naturalmente feita pelo painel eletrônico, é claro e óbvio que teríamos de dar as condições para que todos os Deputados que estivessem em Plenário naquele momento - principalmente os Deputados que estivessem em Plenário - pudessem votar. O Deputado Sandoval estava, como foi efetivamente atestado pelo próprio Deputado Miguel Martini.

A Presidência não está compreendendo o porque das colocações feitas e gostaria de solicitar, principalmente ao Deputado Amilcar Martins, o mínimo de respeito à condução dos trabalhos feita por esta Presidência.

A Presidência vai, portanto, fazer a verificação de votação, pelo processo eletrônico.

Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva: "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que as matérias da pauta sejam apreciadas na ordem em que esta foi elaborada".

A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita aos Deputados que ainda não registraram a sua presença no painel que o façam neste momento. Antes de iniciar o processo de verificação, a Presidência vai esclarecer o Plenário sobre os procedimentos a serem adotados: primeiro, os Deputados deverão tomar os seus lugares; ao toque da campainha e dentro de um prazo máximo de 20 segundos, deverão pressionar a tecla F4, digitar a sua senha e, em seguida, registrar o voto "sim", ou "não", ou "branco", observando no visor do próprio posto de votação se o voto foi computado. A Presidência esclarece ainda que cada posto registra somente um voto. A Presidência vai dar início ao processo de verificação.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 30 Deputados. Não há "quorum" para a votação. A Presidência a torna sem efeito.

#### Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Primeiro, gostaria dizer que é lamentável a forma como o processo está sendo conduzido. Segundo, solicito o encerramento da reunião, porque não existe matéria a ser discutida e nem "quorum" para continuar os trabalhos.

O Deputado Durval Ângelo - Como temos matérias importantes na pauta, solicito a recomposição do "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição do "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Rêmolo Aloise) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Há "quorum" para votação. A Presidência vai renovar a votação do requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Miguel Martini - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.



- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados. Com a presença desta Presidência, do Deputado Miguel Martini, que solicitou a verificação de votação, e do Deputado Carlos Pimenta, que preside uma comissão, está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a inversão da pauta da reunião. Tendo em vista a aprovação do requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a Presidência declara prejudicado o requerimento do Deputado Miguel Martini.

#### Questão de Ordem

O Deputado Amílcar Martins - Quero apenas registrar o meu desapontamento, o meu desalento, o meu protesto contra a maneira como os trabalhos estão sendo conduzidos. Acho que o Regimento Interno está sendo desrespeitado de maneira flagrante. Existe uma manipulação no relógio da Assembléia, existe manipulação no processo de votação. Eu, pessoalmente, não quero participar ou avalizar esta farsa.

Em sinal de protesto, saio do Plenário. Que a base governista faça o que quiser, o que bem entender, mas assuma a responsabilidade sobre isso. Que isso fique registrado em ata como protesto pessoal, isolado. Não participo dessa farsa. Enquanto o Regimento Interno e a Oposição não forem respeitados, enquanto os procedimentos corretos não forem adotados em todos os processos de votação, de encaminhamento, enquanto não for dada a palavra à Oposição de forma correta, me eximo de participar desta farsa. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja apenas um esclarecimento do Deputado Amílcar Martins: em que artigo falhamos no não-cumprimento do Regimento Interno no processo de encaminhamento desta votação?

O Deputado Amílcar Martins - V. Exa. pode pegar todo o Regimento e escolher qualquer página, qualquer artigo. V. Exa. manipulou de maneira vergonhosa no momento de verificação de votação. Todos os presentes são testemunhas disso. V. Exa. confessou que manipula o relógio do Plenário para permitir que Deputados atrasados cheguem a tempo de dar "quorum". Não sei se isso está previsto no Regimento desta Assembléia. V. Exa. disse que autorizou, determinou isso. V. Exa. manipulou de outras formas. Começou usando de procedimentos protelatórios, dizendo, explicando, "ad nauseam", como os Deputados devem votar e proceder, falando com muita calma, clareza e elegância. Mas isso é uma manipulação grosseira, um desrespeito a esta Casa e a cada um de nós que está presente. Então, em meu entendimento, "data venia", V. Exa., além de desrespeitar o Regimento Interno da Casa, está desrespeitando a cada um de nós. Sinto-me ofendido e desrespeitado por esses procedimentos. Foi por isso que fiz essa manifestação.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja, mais uma vez, esclarecer um ponto para os Deputados. O processo de obstrução é legítimo, e a Oposição pode e deve fazer uso dele - como fez, com muita competência. A única coisa que não é normal é que a Oposição, que usou de todos os expedientes para que não pudessemos entrar no processo de votação... No momento em que o outro bloco - a base de sustentação do Governo - fica em Plenário, com 39 Deputados, conseguimos o "quorum" suficiente para a votação de um simples requerimento, e a Presidência não esperava essa reação da Oposição.

Na verdade, a Presidência fez o que deveria fazer. No momento em que é solicitada a verificação, pelo processo eletrônico, de um processo de votação em que estava um Deputado - o Deputado Sandoval Coelho - novato entre nós, como todos sabem, que ainda não havia feito sua inscrição no computador, para que seu nome e seu voto pudessem constar no processo de votação pelo processo eletrônico, a Presidência dá o devido tempo para que esse Deputado possa fazer isso. Se, nesse intervalo, um grupo maior de Deputados chega ao Plenário, a Presidência não pode ser acusada de ter trabalhado contra a Oposição. A Presidência tinha a obrigação de dar condições para que o Deputado Sandoval Coelho pudesse votar. Desde o momento em que o Deputado Sandoval Coelho, suplente de Deputado até a semana passada, tomou posse, a Presidência tinha que tomar toda e qualquer providência para que ele tivesse igualdade de condições de voto, como o Deputado que tenha tomado posse no primeiro dia desta legislatura. Então, a Presidência não aceita, de forma alguma, as colocações de V. Exa.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, como o microfone estava desligado, gostaria de ter meu tempo integral de 10 minutos. Estamos encaminhando a mensagem do Governador Itamar Franco: no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 90, c/c o art. 70 da Constituição do Estado, opõe veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Esse veto incidiu na unidade solicitada pelo nosso companheiro do PMDB Deputado Antônio Júlio, que previa a criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros. Já tivemos a oportunidade de discutir esse veto e dar toda a razão ao nosso companheiro Antônio Júlio, porque Pará de Minas é uma cidade de porte médio e, portanto, convive com problemas de segurança. Uma unidade do Corpo de Bombeiros já se faz necessária em uma cidade de porte médio como Pará de Minas.

A intenção do Deputado Antônio Júlio, obviamente, seria colocar nessa reestruturação, com muita sabedoria, no corpo da lei, essa unidade, como as outras, que já estão consignadas na legislação do Estado. Mas o Governador opõe veto à sua emenda e assume o compromisso público de criar uma unidade por meio de decreto.

Devemos, obviamente, acreditar na palavra do Governador de que uma unidade do Corpo de Bombeiros será instalada naquele município. Mas, evidentemente, a intenção do legislador não é outra senão garantir que essa unidade seja montada por meio de um processo de votação em Plenário por todos os Deputados. Desta Casa, onde representamos o povo do Estado de Minas Gerais, é que saem as decisões mais sábias, porque é uma decisão colegiada. Portanto, a decisão de apenas um grupo de assessores, ou da cabeça do Governador, como é o caso do decreto, evidentemente, diminui a importância e, quiçá, essa unidade saia do papel, contemplando os habitantes do Município de Pará de Minas com essa importante guarnição do Corpo de Bombeiros.

Portanto, gostaríamos de manifestar nossa insatisfação com o veto, que é absolutamente desnecessário. Essa emenda poderia perfeitamente ter sido considerada, já que é intenção do Governador instalar nesse município uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Mas há uma disputa de poder que estamos presenciando. Desde o primeiro momento, o Governador do Estado interfere na formação da Mesa desta Casa. Tudo que nasce errado termina errado. Portanto, somos obrigados a lembrar, o tempo todo, a postura pública do Governador Itamar Franco, proibindo o PSDB de participar da Mesa. Esse episódio do Governador é lamentável, principalmente por vir de alguém que tem grande experiência política, foi, inclusive, Presidente e Senador da República. Ele cometeu, na verdade, uma ingenuidade política ao interferir neste Poder, no início dos trabalhos legislativos.

Agora, o Governador desafia, como foi também o caso da separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar e a anistia dos policiais militares. Ele poderia ter resolvido a questão da anistia, sem que passasse por este parlamento. Mas ele despejou o ônus, a responsabilidade sobre a Assembléia Legislativa, como se aqui fosse um depositário de problemas, de entulhos. Não podemos aceitar situações dessa natureza.

Nesse veto, enxergamos o mesmo comportamento. O Deputado Miguel Martini gostaria de que houvesse mais transparência, por meio de seu projeto. E o Governador anula o Poder Legislativo e quer fazer o processo sob decreto. Também isso ocorre com relação ao Código de Defesa do Contribuinte, projeto muito discutido, que custou à sociedade mineira muitos milhares de reais, porque foi discutido em 14 audiências públicas pelo interior do Estado e, portanto, tem, na verdade, o apoio da sociedade mineira. Mas o Governador simplesmente veta um projeto bom e progressista e institui uma comissão para dizer que vai fazer também um Código de Defesa do Contribuinte.

Até quando vamos aceitar situações dessa natureza? Este parlamento precisa ter um pouco de hombridade. E essa hombridade vai acontecer a partir do momento em que a bancada governista também tiver vontade de que este parlamento seja um Poder, sem ficar omissos e aceitando as determinações do Palácio da Liberdade. Será que o Palácio da Liberdade está liberando alguma coisa para os Deputados da Situação? Gostaria de saber. Parece-me que sim. Em primeiro lugar, temos de exigir respeito com este Poder. E, agora, volta-se a cometer o mesmo erro. Se a intenção é montar, em Pará de Minas, uma unidade do Corpo de Bombeiros, qual a razão de o Governador opor esse veto à emenda do Deputado Antônio Júlio?

Estamos diante de um impasse entre o Executivo e o Legislativo. Isso não é de agora. É bom chamar a atenção para isso. Esta Casa sempre foi subserviente e nunca valorizou-se como Poder. Isso é lamentável, porque o povo de Minas Gerais vota em seus representantes para que tenham, na verdade, autonomia, exercendo o seu poder de representação na íntegra. E estamos abrindo mão dessa representação e desse poder.

Nas CPIs, observamos o mesmo comportamento da bancada governista, que se esquivou de fazer a CPI das obras do Sul de Minas. Com uma ordem, uma determinação do Palácio da Liberdade, vieram os governistas com manobras, para que a CPI não acontecesse. Será que têm medo? Será que os processos estão tão podres assim no Governo de Minas Gerais, que não toleram uma CPI, uma fiscalização, uma verificação? Essa ingerência do Poder Executivo no Poder Legislativo cria esse tipo de impasse. A Oposição está fazendo o seu trabalho, está fiscalizando o Executivo, está aqui para sugerir, apoiar e votar com o Governo, quando as coisas são do interesse do Estado, como já demonstramos em vários projetos. Mas não podemos aceitar, como Oposição, evidentemente, que ela seja anulada, que o Regimento Interno não seja respeitado, como temos visto desde o primeiro momento, nessa 14ª Legislatura. Portanto, essa é a nossa queixa, a reclamação que queremos deixar de público.

Com relação ao encaminhamento de votação desse veto oposto pelo Governador, evidentemente, queremos acreditar que ele vá fazer, mas sob decreto. Ele poderá não atender à comunidade do Deputado Antônio Júlio, porque fica um simples compromisso, e não uma decisão desta Casa, que é colegiada. Neste caso, o Deputado Antônio Júlio teria o instrumento legal em mãos para exigir que o Executivo cumprisse o que a Casa determina.

Vou terminar dizendo que fico triste quando um orçamento, da mesma forma, é totalmente manipulado pelo Executivo. Esta Casa não tem poder para interferir na vida da comunidade do Estado de Minas Gerais. Fica a minha reclamação e o meu pedido de que todos nós, Deputados, os 77, possamos fazer deste parlamento um verdadeiro Poder. Até agora, nos cinco anos que estou aqui, realmente, ainda não vi isso aqui como um verdadeiro Poder.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, como se pode verificar, não há "quorum" para a continuação dos trabalhos nem para a votação. Portanto, peço o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Luiz Fernando Faria - Sr. Presidente, como temos ainda matérias importantes a serem votadas e discutidas, solicito a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do "quorum".

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados, e há 9 Deputados em reuniões nas comissões. Temos, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifestei há poucos instantes o meu desagrado, o meu desalento e o meu desapontamento com a forma de condução dos trabalhos. Os meus companheiros de bancada, os meus companheiros da Oposição me fizeram um apelo, na saída da Assembléia Legislativa, para que não esmoreçamos. Devemos cumprir o nosso papel, custe o que custar. Diante de todas as adversidades, temos uma tarefa a ser cumprida nesta Casa.

A intenção de grande parte dessa manipulação que ocorre aqui tem como objetivo principal justamente desanimar essa parcela do parlamento que tem uma tarefa especial na democracia, que é a tarefa de fiscalizar o Poder Executivo, a tarefa de fazer oposição com serenidade, com tranquilidade, mas, ao mesmo tempo, com firmeza, com determinação.

Diante desses apelos, compreendi que, ainda e apesar do desrespeito que houve, da indignação que senti, da humilhação que estamos sofrendo aqui, devemos estar presentes. E a nossa voz deve ser ouvida por toda a população de Minas Gerais, como uma voz de registro para a história e de denúncia de que um grupo de Deputados nesta legislatura não se intimidou, não se vendeu, não se corrompeu e está aqui em nome da defesa dos interesses maiores da população de Minas Gerais.

Diante disso, continuo no meu trabalho, e neste momento estamos aqui para encaminhar a questão referente ao veto do Sr. Governador de Minas Gerais, veto parcial sobre a organização do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que representa também, por si só, uma demonstração do que acabo de dizer.

Como todos sabem, vistoriando as razões e a origem desse veto, trata-se de uma iniciativa de Deputado da base governista, do Deputado Antônio Júlio, do Deputado do PMDB que tem sido tão maltratado e desrespeitado pelo Governador, da mesma forma que agora a bola da vez, na ira do Governador, na sua forma de desrespeitar os seus aliados, foi o PDT. Mas dizia que o Deputado Antônio Júlio quis, através de uma iniciativa legislativa, criar uma unidade do Corpo de Bombeiros no seu município, Pará de Minas, um município de gloriosa tradição na vida política de Minas, terra de Benedito Valadares, terra de tantos e tão ilustres mineiros.

No entanto, num gesto de incoerência, que se reafirma a cada minuto de sua administração à frente do Governo de Minas Gerais, o Governador Itamar Franco mostrou que quando há questões polêmicas, questões sobre as quais não há unanimidade, ele quer dividir ou quer mesmo transferir a responsabilidade para a Assembléia Legislativa. Ele se exime, se acovarda, se esconde ou no Palácio ou fora dele, em outras terras, e joga para a Assembléia Legislativa a responsabilidade das decisões a serem tomadas. Quando são medidas simpáticas à população, ele não quer dividir. E não existe medida que seja mais simpática que a criação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, talvez a única instituição que tenha a unanimidade de aprovação de toda a população. É o braço da Polícia Militar que ampara as pessoas nos seus momentos de dificuldade e aflição, seja em incêndios, enchentes, etc. Em qualquer circunstância dramática, trágica, o Corpo de Bombeiros, por meio de seus bravos soldados, está presente para atender à população.

Um gesto dessa grandeza, um ato que vai agradar a população, o Governador Itamar Franco não quer dividir com ninguém, nem mesmo com o Deputado Antônio Júlio, leal a ele nesta Casa. Ele toma exclusivamente para si a responsabilidade de criar a unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Pará de Minas, porque ele não pode dividir.

Afinal de contas, ele não toma nenhuma iniciativa para agradar a população. Esse Governo, como todos sabem, ainda não começou a trabalhar. Está paralisado numa crise de identidade, numa crise política. Há quanto tempo pergunto a todos que me ouvem: há quantas semanas não se ouve desse Governo uma única palavra sobre um ato ou gesto administrativo em benefício da população? Só se ouve falar de exoneração de Secretários, exoneração de funcionários de segundo, terceiro, quarto e quinto escalões, brigas com partidos políticos que o apoiaram, desrespeito a pessoas, ameaças de exoneração de Secretário do PT. E depois, numa engenharia política complicada, que passou até pela direção nacional do PT, preteriram essa exoneração e preteriram o PDT, que também faz parte da base de sustentação do Governador.

Então, o Governo só faz política, e política desastrada. É uma comédia dos erros o que vemos em Minas Gerais neste momento. É um Governo paralisado, acuado, um Governo que não consegue responder às críticas e acusações graves feitas sobre seu comportamento. É um Governador que não assume a sua responsabilidade maior, porque é ele que nomeia os seus auxiliares. Essa é uma determinação constitucional, e ninguém, nem mesmo o Governador imperial Itamar Franco, vai desmentir que é atribuição e responsabilidade dele a nomeação de sua equipe de Governo.

Mas ele foge dessa responsabilidade e, dessa forma, tem de pegar garupa, tem de se aproveitar de um gesto de simpatia que favorece uma parcela da população, ainda que seja localizada no Município de Pará de Minas, para tentar se mostrar perante a população como um Governador pretensamente interessado no futuro de Minas e dos mineiros.

No entanto, ele se refugia no Hotel Glória, no Rio, ou no Hotel Waldorf Astoria, em Nova Iorque, cercado por um estranho grupo de auxiliares, que envolve uma comitiva de 11 pessoas, sendo 4 militares. E tinha para todo gosto e de todas as patentes. Havia um Soldado, uma Tenente, um Capitão e um Major. No entanto, o Governador ausenta-se do Estado, não sabe o que está acontecendo em Minas e surpreende-se, ou finge indignação, com esses desmandos da administração. E as denúncias ocorrem em tal velocidade que nós, da Oposição, não conseguimos nem espaço nesta tribuna para acompanhar e denunciar uma a uma. Portanto, Sr. Presidente, é isso o que acontece em nosso Estado.

## Questões de Ordem

O Deputado Amílcar Martins - V. Exa. pode verificar que não há "quorum" para continuarmos esta reunião. Solicito que seja cumprido o Regimento e que esta reunião seja encerrada de plano, porque não existe "quorum" para a continuação dos trabalhos.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Solicito recomposição de "quorum", Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Há 5 Deputados em reuniões nas comissões, perfazendo um total de 35, número insuficiente para a votação.

## Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - Nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, a Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos, para aguardar que se configure o "quorum". Estão suspensos os nossos trabalhos.

## Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Rêmo Aloise) - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Eduardo Hermeto) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados, que, somados aos 3 parlamentares em reunião nas comissões, perfazem o total de 27 presentes. Não há, portanto, "quorum" para votação nem para continuação dos trabalhos.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 87ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/3/2000

### Presidência dos Deputados Anderson Aauto e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação - Suspensão e reabertura da reunião - Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Gil Pereira; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.261; discurso do Deputado João Leite; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.270; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.326; rejeição; declarações de voto - Questão de ordem - Encerramento.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Moraes - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h04min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

## Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, na pauta, só há matérias em fase de votação. Não há 39 Deputados presentes. Gostaria que V. Exa. encerrasse a reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de

"quorum".

O Sr. Secretário (Deputado João Paulo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Responderam à chamada 40 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a votação da matéria constante na pauta.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Bancada do PMDB encontra-se na sala da Presidência, concluindo uma reunião, e também estará presente.

Vale dizer aos Deputados que caminhamos muito para chegar ao ponto a que chegamos. Esta Presidência esteve reunida com os Líderes do PSDB e do PFL hoje, na hora do almoço, e, juntos, chegaram à conclusão de que é preciso iniciar o processo de votação.

A Presidência compreende os acontecimentos desta tarde e as razões que alguns Deputados devem ter de, em primeiro lugar, ouvir suas respectivas bancadas, mas, em nome do Poder Legislativo e pelo seu fortalecimento, entende que não podemos simplesmente paralisar o processo agora.

A Presidência, portanto, vai suspender a reunião por 10 minutos, para que as bancadas se reúnam e possamos deliberar sobre o processo de votação. A Presidência espera que haja um entendimento entre o Bloco da Situação e o da Oposição, para que possamos efetivamente iniciar o processo de votação. Está suspensa a reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

#### Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Gil Pereira em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.258 seja apreciado em último lugar entre as matérias em fase de votação e o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.326 seja apreciado logo após o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.270. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Miguel Martini - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 53 Deputados; não houve voto "não" nem em branco. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Os Deputados que desejarem manter o veto deverão votar "sim" e os que desejarem rejeitá-lo deverão votar "não". Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 32 Deputados; votaram "não" 24 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 58. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.261, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria rapidamente de falar da história da Proposição de Lei nº 14.261.

O veto atinge parcialmente a proposição. O Projeto de Lei nº 295/99, originário do Executivo, tinha por objetivo criar o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEI. A mesma matéria tramitou nesta Casa na legislatura passada e, depois de debates com servidores do IPSEMG, por meio de acordo, aprovou-se a constituição do Conselho.

O projeto anterior, nº 1.701... Sr. Presidente, como estamos sabendo que haverá inversão da pauta, deixaremos para encaminhar a votação em momento oportuno. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Júlio -

Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 34 Deputados; votaram "não" 20 Deputados. Está, portanto, mantido o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.261. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.270, que altera dispositivos da Lei nº 13.163, de 20/1/99, que promove a adequação da Lei Orgânica do IPLEMG às normas constitucionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "não" 58 Deputados; houve 1 voto em branco. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.270. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.326, que institui a obrigatoriedade de se rotularem os alimentos resultantes de organismos geneticamente modificados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Hermeto - Elmo Braz - Fábio Avelar - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo De Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 8 Deputados; votaram "não" 50 Deputados. Está, portanto, rejeitado o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.326. À promulgação.

#### Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, estamos declarando que votamos pela derrubada do veto e queremos elogiar os Deputados Hely Tarquínio e Maria Olívia pelo projeto.

O Deputado Alberto Bejani - Quero parabenizar os Deputados que derrubaram o veto, proporcionando ao Deputado Hely Tarquínio e à Deputada Maria Olívia a oportunidade de terem o projeto em andamento nesta Casa, e tomara Deus que seja aprovado. Fica aqui o registro desse trabalho que foi feito e da consciência dos Srs. Deputados. Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio - Eu e a Deputada votamos favoravelmente ao nosso projeto e gostaríamos de agradecer aos companheiros pela derrubada do veto, porque isso dará ao povo de Minas Gerais condições de conhecer os alimentos que vão comer. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, percebemos que não há mais "quorum" para continuarmos a votação dos vetos e, por essa razão, solicitamos a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 31ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quinze horas do dia primeiro de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Maria José Hauelsen e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Cabo Morais, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria em pauta e passa à leitura de ofícios do Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, manifestando sua preocupação com o projeto acerca da transposição do rio São Francisco, o qual tramita no Senado; do Sr. Pedro Alcântara, Deputado à Assembléia Legislativa da Bahia, encaminhando cópia de requerimento feito ao Ministro da Integração Nacional, em que solicita seja realizada reunião em Juazeiro, BA, para se discutir a transposição do rio São Francisco, e cópia de moção de aplauso enviada ao Governador da Bahia pelos motivos que menciona; e da Deputada Maria José Hauelsen, encaminhando cópias dos documentos recebidos pela Associação dos Proprietários Rurais Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itueta, em que se denunciam supostas irregularidades no processo de licenciamento ambiental daquela usina. A seguir, o Presidente informa que designou o Deputado Antônio Roberto relator do Projeto de Lei nº 786/2000, do Governador do Estado. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados requerimentos do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, com a finalidade de se debater o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Semi-Árido Nordestino, e da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em que solicita seja encaminhada ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM - denúncia contra a empresa Park Fibras Comércio e Indústria Ltda. A seguir, o Presidente coloca em discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 480/99, o qual é aprovado pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Maria José Hauelsen - Antônio Roberto - Fábio Avelar.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da cpi do sistema financeiro

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia quinze de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ronaldo Canabrava, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Viana e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Mauro Lobo, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ronaldo Canabrava, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir o Sr. Paulo Roberto de Paula, Presidente da Minas Gerais Investimentos S.A. - MGI, a quem convida para tomar assento à mesa dos trabalhos. O Presidente registra a presença dos Srs. Antônio Carlos de Carvalho, Vice-Presidente da empresa; Roberto Papini e Paschoal Gomes Filho, assessores do Sr. Paulo Roberto de Paula. O convidado faz a sua exposição e, em seguida, é questionado pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Doutor Viana e Ronaldo Canabrava. O Sr. Paulo Roberto de Paula, após os debates, entrega ao Presidente alguns documentos, que são anexados aos autos. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão, com a palavra, apresenta três requerimentos nos quais solicita: 1 - seja enviado ofício ao Banco de Crédito Real solicitando cópias dos relatórios de gestão elaborados no período de 1990 a 1997; 2 - seja enviado ofício ao Banco do Estado de Minas Gerais solicitando cópias dos relatórios de gestão elaborados no período de 1990 a 1998; 3 - seja enviado ofício à Secretaria Estadual da Fazenda solicitando cópias dos relatórios da Comissão de Política Financeira apresentados no final dos Governos Newton Cardoso (1986-1990), Hélio Garcia (1990-1994) e Eduardo Azeredo (1994-1998). Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente esclarece que o inteiro teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação do Sr. Paulo Roberto de Paula, Presidente da MGI, os subsídios prestados aos trabalhos e a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2000.

Ronaldo Canabrava, Presidente - Doutor Viana - Diniz Pinheiro - Sebastião Costa.

#### ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Às oito horas e trinta minutos do dia dezessete de março de dois mil, comparecem no Fórum da Comarca de Governador Valadares os Deputados Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, Rogério Correia, José Henrique e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os depoimentos dos Srs. Antônio Manoel Barreto, Eugênio Rozado, Adriano Dias Costa e Maria Aparecida Pinto e a tratar de assunto de interesse da Comissão. Tendo em vista requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, devidamente aprovado, o Presidente transforma em secreta a reunião, para que possam ser ouvidos os Srs. Antônio Manoel Barreto e Eugênio Rozado. Após a oitiva dos intimados, o Presidente reabre ao público os trabalhos, para o depoimento do Sr. Adriano Dias Costa, lê as prerrogativas legais da CPI e as implicações de quem perante ela depõe, concede a palavra ao intimado para suas considerações iniciais, ao Deputado Sargento Rodrigues e aos demais membros, conforme consta nas notas taquigráficas. Durante esta fase, é aprovado requerimento dos Deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia, solicitando seja feita acareação do depoente com os Srs. Cláudio Vinícius Ferreira, Jaider Vila Real e Major Siqueira. A seguir, é aprovado requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando que a reunião se torne secreta. Reabertos os trabalhos ao público, o Presidente chama para depor a Sra. Maria Aparecida Pinto, lê as prerrogativas legais da CPI, as consequências penais para quem perante ela depõe, concede a palavra à convocada, para suas considerações iniciais, ao Deputado Sargento Rodrigues e aos demais membros, conforme consta nas notas taquigráficas. Durante esta fase, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita a acareação da depoente com os Srs. Antônio Manoel Barreto e Cláudio Vinícius Ferreira. Em face de dispositivos regimentais e cumprida, em parte, a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca a Sra. Maria Aparecida Pinto e os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 17/3/2000, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Governador Valadares, 17 de março de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Sargento Rodrigues - José Henrique - Rogério Correia.

#### ATA DA 36ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e um de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos, Bené Guedes e Alencar da Silveira Júnior, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Viana e Eduardo Daladier. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina à realização de audiência pública para debater sobre a fiscalização e o funcionamento das máquinas de vídeo-loteria, por muitos consideradas como jogos de azar. A seguir, comunica que se encontra em poder da Mesa e à disposição dos Deputados ofício do Sr. José Menezes Lourenço, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens de Minas Gerais - ABAV -, contendo um catálogo com a relação de todas as agências de viagens do Estado cadastradas junto à EMBRATUR. Após, leva ao conhecimento dos Deputados que, no dia 27/3/2000, às 14 horas, no Plenário desta Casa, será realizado debate público sobre o tema "Responsabilidade Civil dos Agentes de Viagem e Profissionalização do Turismo em Minas". Passa-se à discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e, logo após, apresenta requerimento em que solicita sejam ouvidos os convidados que menciona em discussão sobre a necessidade da observância da legislação que restringe o uso do cigarro em recinto fechado. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado João Paulo reassume a direção dos trabalhos, sugere aos Deputados presentes a alteração do horário das reuniões ordinárias, passando elas a ser realizadas às terças-feiras, às 10 horas, o que é acatado pelos membros da Comissão. Em seguida, informa que serão ouvidos nesta reunião os Srs. Mário Márcio Magalhães, Diretor de Operações da Loteria do Estado de Minas Gerais; Geraldo Antônio da Silva, Vereador à Câmara Municipal de Santos Dumont, e Tarcísio José Martins Costa, Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. A Presidência registra a presença do Sr. Marcílio Alves Prado, Assessor Jurídico e Procurador da Loteria do Estado de Minas Gerais. Após, o Presidente tece suas considerações iniciais sobre o objetivo da reunião e passa a palavra aos convidados, que fazem suas exposições e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. O Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e se ausenta para participar de outro evento. A Presidente apresenta requerimento, em que pede sejam solicitadas à Presidência da Loteria do Estado de Minas Gerais uma relação contendo o nome das 50 maiores empresas licenciadas para operar máquinas de vídeo-loteria, com os respectivos endereços e os nomes dos proprietários; e informações sobre os investimentos sociais desse órgão nos últimos 3 anos. A Presidência informa que, por falta de "quorum", o requerimento será apreciado na próxima reunião da Comissão; e tece suas últimas considerações sobre o assunto em tela. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2000.

João Paulo, Presidente - Elaine Matozinhos - Bené Guedes.

#### ATA DA 36ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Alencar da Silveira Júnior (substituindo este ao Deputado Marcelo Gonçalves, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede à leitura de ofícios dos Srs. Mauro Lopes, Secretário da Segurança Pública, encaminhando o relatório anual de gestão da Secretaria; José Antônio Moroni, solicitando apoio à Sra. Rosa Marga Roth, Ouvidora do Pará, que está sendo processada por crimes que não cometeu; Hélio Soares de Aguiar e Rodivânio Soares Campos, encaminhando cópia de requerimento enviado ao Secretário da Segurança Pública e pedindo providências da Comissão em relação às ameaças de morte que estão sofrendo no Distrito de Lufa, do Município de Novo Cruzeiro; Delvânia Oliveira, informando que, após formalizar denúncias contra o Delegado Eduardo Betti de Menezes na Ouvidoria de Polícia, soube que está sendo requerido um mandado de busca e apreensão com o propósito de forjar um flagrante de uso de drogas contra ela; de detentos da Delegacia Estadual de Furtos e Roubos de Veículos, denunciando as condições subumanas em que se encontram e pedindo providências da

Comissão; do Sr. Mário Lúcio da Silva, detento, alegando ter sido vítima de injustiça por parte de policiais civis; do Pastor Naasson Gonçalves de Paula, solicitando providências para regularizar a situação dos trabalhadores que fazem transporte intermunicipal em "vans". A Presidência determina que os ofícios sejam encaminhados à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, por se tratar de matéria afim desse órgão. Em seguida, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 1.161, 1.170, 1.171, este na forma do Substitutivo nº 1, e 1.181/2000. Passa-se, a seguir, à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados requerimentos do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita seja realizada sindicância no Hospital Psiquiátrico Judiciário Dr. Jorge Vaz, em Barbacena; da Deputada Maria Tereza Lara, em que requer seja enviado ofício ao Secretário de Administração e Recursos Humanos, pedindo providências no sentido de se restabelecer o pagamento de pensão especial ao Sr. José Afonso de Pádua, vítima do desabamento ocorrido em 1971, na Gameleira, e informações a respeito dos motivos da interrupção do referido pagamento. Requer, também, seja enviado ofício ao Procurador-Geral do Estado, solicitando informações sobre a situação processual do Sr. José Afonso. Durante a reunião, foram formalizadas denúncias pelos Srs. Paulo César da Cunha, Ademair e José Afonso de Pádua, Alice da Conceição Silva de Moura e Sônia Coelho, Vereadora à Câmara Municipal de São João del-Rei. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 2000.

João Leite, Presidente - Marcelo Gonçalves - Maria Tereza Lara.

#### ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia vinte e dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Andrada e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado Antônio Carlos Andrada lê a seguinte correspondência: ofícios do Secretário da Educação, encaminhando informação sobre o pedido de revisão do processo de municipalização em Barbacena; do Secretário da Educação, encaminhando o relatório das obras a serem executadas em escolas estaduais e municipais; do Secretário da Educação, encaminhando a relação das escolas estaduais que receberão equipamentos escolares; do Presidente do Conselho Regional de Educação Física, solicitando alteração no Projeto de Lei nº 360/99; dos Vereadores de Boa Esperança e de auxiliares de educação, manifestando apoio à proposição que versa sobre a melhoria dos vencimentos desses profissionais do ensino; do Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, solicitando seja apresentada proposição dando o nome de Escola Estadual Paraisense Deputado Delson Scarano à escola que menciona. O Presidente informa que designou os Deputados José Milton e Antônio Carlos Andrada para relatarem, respectivamente, os Projetos de Lei nºs 778 e 780/99; e o Deputado Antônio Carlos Andrada, para relatar o Projeto de Lei nº 800/2000. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente, relator do Projeto de Lei nº 239/99, informa que, na última reunião, emitiu parecer por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Após ser discutido, o parecer é submetido a votação e aprovado. Em seguida, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 727 e 763/99 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 729/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado José Milton); 760 e 767/99 (relator: Deputado João Pinto Ribeiro); e 768/99 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada). Após, o Presidente submete a votação os Requerimentos nºs 1.075, 1.090, 1.091, 1.093, 1.094, 1.103, 1.109, 1.124, 1.130, 1.141, 1.149, 1.183 e 1.184/2000, que são aprovados. O Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos do Deputado Agostinho Patrús, em que solicita a realização de reunião, com a presença dos convidados que relaciona, para debater o problema educacional na região do Município de Rio Piracicaba; e do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita seja convidado o Secretário da Educação para explicar as razões e os critérios utilizados na elaboração do termo aditivo ao processo de municipalização da educação e na adjunção dos professores estaduais. A seguir, o Presidente submete a votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 629, 666 e 679/99, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva.

#### ATA DA 32ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Cristiano Canêdo e Jorge Eduardo de Oliveira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente solicita ao Deputado Cristiano Canêdo que proceda à leitura da correspondência. Prosseguindo, o Presidente indica o Deputado Cristiano Canêdo como membro efetivo do Conselho Estadual de Saúde e designa o mesmo Deputado como relator dos Projetos de Lei nºs 791 e 831/2000, designando também o Deputado Carlos Pimenta como relator do Projeto de Lei nº 801/2000. A seguir, a Presidência passa à discussão e à votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Cristiano Canêdo procede à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 34/99, no 2º turno, mediante o qual conclui por sua aprovação na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Após, o Deputado Cristiano Canêdo procede à leitura de seu parecer sobre emenda, apresentada em Plenário, ao Projeto de Lei nº 37/99, no 1º turno, mediante o qual conclui pela rejeição da Emenda nº 3 ao Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente solicita ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira que proceda à leitura do parecer do Deputado Carlos Pimenta sobre o Projeto de Lei nº 615/99, no 1º turno, o qual conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Deputado Cristiano Canêdo procede à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 646/99 no 1º turno, mediante o qual conclui por sua aprovação com a Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente solicita ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira que proceda à leitura do parecer do Deputado Carlos Pimenta sobre o Projeto de Lei nº 681/99, no 1º turno, o qual conclui por sua aprovação. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira apresenta requerimento em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Deputado Adelmo Carneiro Leão por sua indicação para a Secretaria da Saúde. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira procede à leitura de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita a realização de audiência pública para discutir a regulamentação da Lei nº 13.465, de 12/1/2000, que estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência, para fins de concessão de benefícios pelo Estado. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Edson Rezende passa a direção dos trabalhos ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e apresenta requerimentos em que solicita seja enviado ofício ao Sr. Elcio Silva Dias, Presidente do COSEMS-MG e Secretário de Saúde de Riacho dos Machados, parabenizando essa Secretaria pela iniciativa da inclusão no orçamento municipal de verba destinada à saúde; seja realizada audiência pública para debater sobre endemias e epidemias no Estado; seja enviado ofício ao Sr. Celso Mello de Azevedo, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, solicitando seu comparecimento a reunião desta Comissão para prestar esclarecimentos a respeito dessa instituição; e seja enviado ofício à Câmara Municipal de Marília, SP, associando-se à sua moção de apoio à CPI dos Medicamentos, em nível federal, e dando ciência das iniciativas desta Comissão nessa área, como a CPI estadual, as audiências públicas e o Projeto de Lei nº 47/99, em tramitação nesta Casa. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Ao retomar a Presidência dos trabalhos, estando cumprida a finalidade da reunião, o Deputado Edson Rezende agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2000.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Tadeu Leite.

#### ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Às dezesseis horas do dia vinte e sete de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento do Sr. João Galdino da Silva e a tratar de assuntos da Comissão. Inicialmente, o Presidente registra a presença dos Deputados Federais João Magalhães e Hélio Costa, concede a palavra a este último que tece comentários sobre a atuação da CPI, da legislação de combate ao narcotráfico no Brasil e sobre a situação do Município de Barbacena e região perante o problema. São apresentados e aprovados três requerimentos, sendo dois de autoria do Deputado Rogério Correia em que solicita seja enviado ofício ao Governador do Estado para que se proceda a nomeação de 684 candidatos aprovados no concurso público da Secretaria da Segurança Pública e em que solicita seja convidado para comparecer a reunião da Comissão o Sr. Márcio João Ribeiro, vítima de extorsão por parte de agente policial e outros, por meio de ação forjada de porte de cocaína. No outro requerimento, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, solicita-se seja convocado o ex-Delegado de Polícia de

Frutal, Denirval Campos. O Presidente suspende os trabalhos para que os parlamentares federais possam se retirar. Reabertos os trabalhos, o Presidente lê os princípios legais pertinentes à CPI e a quem nela depõe, e concede a palavra ao convocado para suas considerações iniciais, ao Deputado Sargento Rodrigues e aos demais membros para suas indagações, conforme conta nas notas taquigráficas. O Deputado Sargento Rodrigues, por motivos pessoais, apresenta requerimento, que é aprovado, solicitando que a reunião seja transformada em secreta. Reabertos os trabalhos, e já não estando presente o depoente, o Presidente comunica a expedição do mandado de prisão preventiva contra o Sr. João Galdino da Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Marco Régis - Rogério Correia - Antônio Andrade - José Henrique - Carlos Pimenta.

#### ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas do dia vinte e oito de março do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Antônio Genaro e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Genaro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Encerrada a 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Em seguida, submete a votação o Requerimento nº 1.174/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que é aprovado. Assumindo a Presidência, o Deputado José Henrique coloca em votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.176 e 1.208/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, os quais são aprovados. O Deputado Ambrósio Pinto reassume a Presidência, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Ailton Vilela - José Henrique.

#### ATA DA 28ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de março do ano dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência do recebimento do ofício do Sr. Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; de dois ofícios do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal; de ofícios do Deputado Ivaír Nogueira, Secretário de Estado de Esportes; do Sr. César Cláudio Moreira Giraldez, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social. A seguir, o Presidente comunica o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: Projetos de Lei nºs 615 e 681/99 (relator: Deputado Rêmolo Aloise); 646/99 (relator: Deputado Eduardo Hermeto) e 706/99 (relator: Deputado Olinto Godinho). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Durante a discussão do Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 461/99, mediante o qual o relator, Deputado Olinto Godinho, conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno, é concedida vista da proposição ao Deputado Miguel Martini. Da mesma forma, é concedida ao Deputado Miguel Martini vista dos Pareceres para 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 589 e 599/99, mediante os quais os relatores, Deputados Olinto Godinho e Eduardo Hermeto, respectivamente, concluem pela aprovação das matérias. Os Deputados Miguel Martini, Rêmolo Aloise e Mauro Lobo, respectivamente, relatores dos Projetos Lei nºs 529, 649 e 796/99, fazem uso do prazo regimental para emitirem seus pareceres para o 1º turno sobre a matéria. Em virtude da saída dos Deputados Miguel Martini, Mauro Lobo e Rogério Correia, o Presidente verifica a ausência de "quorum" para dar continuidade aos trabalhos, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

Mauro Lobo, Presidente - Ailton Vilela - Eduardo Hermeto - Rêmolo Aloise.

#### ATA DA 37ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas e são inscritas pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a realizar debate sobre a necessidade da observância da legislação que restringe o uso do fumo em recinto fechado. A seguir, informa que serão ouvidos a Sra. Eliane Mária Goulart Correa, assessora e representante do Sr. Paulo Maciel Júnior, Secretário do Meio Ambiente de Belo Horizonte; e dos Srs. Adir de Castro, Presidente da Associação Nacional contra o Tabagismo - ANACOTA -, e Sérgio José Barcelos, Diretor-Geral desta Casa. Após, a Presidência comunica que se encontra em poder da Mesa e à disposição dos Deputados a correspondência publicada no "Diário do Legislativo" em 23/3/2000 e 25/3/2000, referente à solenidade de inauguração da agência conjunta do PROCON e das instalações da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso. Passa-se à discussão e votação de proposições da Comissão, oportunidade em que o Presidente submete a votação requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, apresentado na reunião de 21/3/2000, o qual é aprovado. A seguir, o Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e apresenta requerimentos em que solicita sejam ouvidos na Comissão representantes do IBAMA, do SINDUSCON e da FIEMG acerca das taxas cobradas pelo IBAMA, a título de fiscalização, das empresas que exercem atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente; e seja formulada manifestação de protesto contra o Sr. Tilden Santiago, Secretário do Meio Ambiente, por sua ausência injustificada em reunião da Comissão e pela não-indicação de representante. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. O Deputado João Paulo reassume a direção dos trabalhos e tece suas considerações iniciais sobre o objeto da reunião. Após, passa a palavra aos convidados, que fazem exposições sobre o assunto em tela e respondem às perguntas formuladas pelos Deputados, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrados os debates, a Deputada Elaine Matozinhos apresenta requerimento em que pede sejam solicitadas aos titulares dos três Poderes as providências cabíveis para o cumprimento da legislação que restringe o uso do fumo em recinto fechado. A Presidência informa que não há "quorum" para votação do requerimento e que ele será apreciado na próxima reunião. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

João Paulo, Presidente - Elaine Matozinhos - Bené Guedes - Mauri Torres.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2000

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente "ad doc", Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. O Presidente, Deputado Mauro Lobo, informa que a reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente e a designação do relator. O Presidente "ad doc", Deputado Mauro Lobo, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Arlen Santiago para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Mauro Lobo e Arlen Santiago. O Presidente "ad doc" declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Arlen Santiago, que, assumindo a Presidência, dá posse ao Presidente eleito, Deputado Mauro Lobo. Ato contínuo, o Presidente eleito assume a Presidência, agradece a confiança nele depositada e, logo a seguir, designa relator da matéria o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Mauro Lobo, Presidente - Dimas Rodrigues - Dalmo Ribeiro Silva.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 5/4/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer sobre a Mensagem nº 65/99, do Governador do Estado, em que indica o nome do Sr. Nélzio de Assis para Diretor-Geral do DEOP-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer sobre a Mensagem nº 75/99, do Governador do Estado, em que indica o nome do Sr. Hérzio Geraldo Bottrel Mansur para Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer sobre a Mensagem nº 75/99, do Governador do Estado, em que indica o nome do Sr. Wilton Braga de Oliveira para Diretor-Geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 912/99, do Deputado Irani Barbosa, pedindo esclarecimentos ao Presidente da CEMIG a respeito das compras de todo o material adquirido pela empresa e o percentual das compras realizadas no Estado de Minas Gerais, em outros Estados brasileiros e no exterior, nos últimos 15 anos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.037/99, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita informações ao Poder Executivo sobre o valor apurado pelo Estado com a venda dos créditos tributários em virtude da Lei de Anistia Fiscal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.076/2000, do Deputado Amilcar Martins, em que pede informações ao Secretário da Casa Civil sobre o custo do anúncio do Governador do Estado, veiculado em várias emissoras, para falar sobre o fim da moratória, ocorrido em 6/2/2000, bem como sobre a existência ou não de licitação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.099/2000, do Deputado Carlos Pimenta, pedindo informações ao Secretário da Fazenda sobre as bases da venda da CASEMG e do CEASA ao Governo Federal, no contexto da renegociação da dívida do Estado, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87, que dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.329, que cria o Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava, que institui a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, do Deputado Rogério Correia, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 34 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2/99, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado

Luiz Tadeu Leite opinou pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99, da CPI da Carteira de Habilitação, que acrescenta o art. 300 à Constituição do Estado e revoga o inciso III do art. 139. A Comissão Especial opina pela rejeição da proposta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 29/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a Lei nº 11.085, de 30/4/93, que cria o Fundo SOMMA. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 77/99, do Deputado Wanderley Ávila, que reserva 4% das poltronas dos ônibus intermunicipais e interestaduais às pessoas obesas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Júlio solicitou prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 97/99, do Deputado Wanderley Ávila, que altera dispositivos da Lei nº 11.052, de 25/3/93, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 112/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que altera a composição do Conselho Estadual de Assistência Social. As Comissões de Justiça e de Administração Pública perderam prazo para emitir parecer. A Comissão do Trabalho opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 142/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que define direitos e obrigações dos usuários do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, e com as Emendas nºs 2, 3 e 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a publicação de matérias no "Minas Gerais". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, da Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 160/99, da Deputada Maria Olívia, que concede passe livre no transporte coletivo intermunicipal do Estado aos Oficiais de Justiça e Comissários de Menores e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 180/99, da Deputada Maria Olívia, que institui a meia-entrada para doadores regulares de sangue em locais que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185/99, do Deputado Ermano Batista, que reduz a alíquota do ICMS em operações internas destinadas ao comércio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 191/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre a concessão de incentivo às empresas que possuam empregados com idade igual ou superior a 40 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 202/99, da Deputada Maria Olívia, que dispõe sobre reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher sustentáculo de família, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia, que obriga os servidores das Delegacias de Polícia a informar às vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 283/99, do Deputado Márcio Kangussu, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Jequitinhonha os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 298/99, do Deputado Mauro Lobo, que cria processo seletivo simplificado para os casos de contratação por tempo determinado para exercício de função pública, sob a forma de contrato de direito administrativo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303/99, da Deputada Maria Olívia, que institui o Programa de Atendimento Domiciliar a Idosos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nº 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2 e 3, da Comissão do Trabalho. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, a Emenda nº 2, da Comissão do Trabalho, e as Emendas nºs 4 e 5, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 3, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 316/99, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Transporte opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 328/99, do Deputado Márcio Kangussu, que altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.194, de 26/11/73, que dispõe sobre a unidade

de tesouraria e a execução financeira do Estado e dá outras providências. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Fundo Estadual de Crédito Educativo - FECE - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 362/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que autoriza o Estado a assumir a gestão e a manutenção dos trechos rodoviários que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 10, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6 e 9 e 10, da Comissão de Justiça, e 11 a 17, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6 e 9 e 10, da Comissão de Justiça, e 11 a 17, da Comissão de Saúde, e, ainda, com as Emendas nºs 18 a 24, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 7 e 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 389/99, do Deputado Pastor George, que cria a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, que contém normas de execução penal. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99, dos Deputados Anderson Adauto e Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do Quarto Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 110/99, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 5/4/2000

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 17/99, do Tribunal de Justiça do Estado; 21/99, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 682/99, do Deputado Fábio Avelar; 712/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 771/99, do Deputado Wanderley Ávila; 774/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 785/2000, do Governador do Estado; 822/2000, do Deputado Márcio Cunha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.172 e 1.197/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.218/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 1.225/2000, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA  
5/4/2000

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 800/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.209 e 1.210/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.223/2000, do Deputado Paulo Piau; 1.230/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.240/2000, da Comissão de Educação.

Finalidade: ouvir explanação sobre a parceria entre o Rotary Club do Canadá e os de Minas Gerais, num projeto de US\$400.000,00 para a aquisição de materiais para as escolas de 1º grau.

Convidados: Srs. Barry Smith e Yan Foster, consultores canadenses em educação, e Hypólito Ferreira, Presidente do Rotary Club Internacional em Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 607/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.211/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.235, 1.241 e 1.242/2000, da Comissão de Saúde.

**Discussão e votação de proposições da Comissão.**

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elmo Braz, Luiz Tadeu Leite, Doutor Viana e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da CPI das Construtoras

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amílcar Martins, Cristiano Canêdo, Dinis Pinheiro, Doutor Viana, Eduardo Brandão e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

Rêmolo Aloise, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Andrade, Arlen Santiago e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2000, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

**Maria Olívia, Presidente.**

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 29/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Márcio Kangussu, o projeto de lei em epígrafe visa a alterar dispositivos da Lei nº 11.085, de 30/4/93, que cria o Fundo SOMMA, destinado a financiar a implementação do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Aprovado em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 e 2, vem, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art.189 do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

#### Fundamentação

O Fundo SOMMA, constituído originariamente com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3639-BR, de 19/10/93, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e com recursos ordinários do Tesouro em contrapartida, tem como objetivo apoiar os municípios do Estado na elaboração e na implementação de projeto de desenvolvimento institucional, de saneamento básico ambiental, de infra-estrutura urbana e de expansão da capacidade de investimento. Opera por meio de financiamentos reembolsáveis e de caráter rotativo, significando que o retorno do principal, devidamente corrigido e com juros, deverá preservar o valor patrimonial do Fundo, o que possibilitará a reaplicação dos recursos em novos programas. Na análise da peça orçamentária para o exercício de 2000, observa-se que os recursos diretamente arrecadados, compostos pela amortização dos empréstimos concedidos, pelos juros e pela receita de valores mobiliários, representam 66% das receitas totais do Fundo, fato que reforça a manutenção das condições atuais de retorno das operações.

Nesse contexto, é também importante a compatibilização entre as taxas de juros e os prazos praticados na captação dos recursos e nos contratos de financiamento aos beneficiários, de modo a preservar o Tesouro Estadual. Cabe salientar que já existe risco desse descasamento de taxas, uma vez que os índices de reajuste monetário são diferenciados. Na captação, o contrato com o BIRD reza que o custo dos empréstimos será equivalente ao Custo de Empréstimos Qualificados, fixado semestralmente pelo Banco Mundial, acrescido de 0,5% e expresso em dólares. Por outro lado, a Lei nº 11.085 estipula o reajuste monetário dos contratos pela variação de IGPM, Índice Geral de Preços de Mercado, fixado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de 12% ao ano, no máximo.

O Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, melhora o projeto no sentido de se evitar o incentivo ao inadimplemento por parte dos beneficiários do Fundo SOMMA. Esse Fundo apresentava, em março de 1999, índices bastante reduzidos de inadimplência ( 6,1% em número e 0,6% em valor). Permite também melhores condições de pagamento aos municípios, principal objetivo da proposta inicial, uma vez que o BDMG terá condições legais para renegociar com as prefeituras inadimplentes a dilatação dos prazos de pagamento das prestações vencidas e a redução de multa contratual e de juros de mora. Essa renegociação fica condicionada à aprovação prévia pelo BDMG de relatório técnico que considere, entre outros fatores, a queda de arrecadação do município e situações de calamidade pública.

A Emenda nº 1, apresentada em Plenário, amplia a utilização dos recursos do Fundo SOMMA, permitindo o pagamento de despesas de consultoria e reembolso de custos de execução de projetos de desenvolvimento institucional, limitados a 2% do patrimônio do Fundo. Quanto à Emenda nº 2, também apresentada em Plenário, alertamos que a redução da contrapartida a cargo do beneficiário para 10%, nos casos de projetos de fortalecimento institucional e modernização administrativa, dependerá da anuência do órgão financiador, em conformidade com o contrato firmado entre o BDMG e o BIRD. Tal medida torna-se importante para a manutenção regular do fluxo de financiamentos de longo prazo por parte daquele organismo multilateral, especialmente em um ambiente de escassez de recursos públicos para investimentos sociais de retorno demorado.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 29/99, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2000.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmolo Aloise, relator - Eduardo Hermeto - Aílton Vilela.

#### Redação do Vencido no 1º Turno

##### PROJETO DE LEI Nº 29/99

Altera dispositivos da Lei nº 11.085, de 30 de abril de 1993, que cria o Fundo SOMMA, destinado a financiar a implementação do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 1º, o inciso II do art.5º e o inciso II do art. 7º da Lei nº 11.085, de 30 de abril de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado, nos termos da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, o Fundo SOMMA, com o objetivo de dar suporte financeiro à implementação do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios - SOMMA -, de que trata o inciso II do art. 3º da Lei nº 10.890, de 22 de outubro de 1992, visando à elaboração e à implantação de projeto de desenvolvimento institucional, de saneamento básico e ambiental, de infra-estrutura urbana e de expansão da capacidade de investimento dos municípios.

§ 1º - Os recursos do Fundo SOMMA poderão ser utilizados nas seguintes modalidades:

I - financiamentos reembolsáveis;

II - pagamentos de despesas de consultoria e reembolso de custos de execução de projetos de desenvolvimento institucional implementados pelos municípios no âmbito do Programa, devidamente analisados e aprovados pelo agente financeiro do Fundo.

§ 2º - Os recursos a serem utilizados na modalidade de que trata o item II do § 1º estão limitados, em cada ano, a 2% (dois por cento) do valor patrimonial do Fundo, tomando como base seu saldo de financiamentos em 31 de dezembro do exercício anterior.

Art. 5º - .....

II - Contrapartida mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos investimentos financiados, a cargo do beneficiário do crédito nos casos de financiamento a projetos de infra-estrutura e, no mínimo, de 10% (dez por cento) nos casos de projetos de fortalecimento institucional e modernização administrativa.

Art. 7º - .....

II - como agente financeiro:

a) atuar como mandatário do Estado de Minas Gerais para a contratação de operação de financiamento com recursos do Fundo e para efetuar a cobrança de créditos concedidos, podendo, para tanto, recorrer a todas as medidas administrativas e judiciais necessárias;

b) transigir, para efeito de acordo, observado o cumprimento das exigências legais relativas ao endividamento do setor público, quando exigível, no que diz respeito a prazos, penalidades e cominações previstas para os casos de inadimplemento e levar a débito do Fundo os valores incobráveis, bem como quaisquer quantias despendidas em decorrência de procedimentos judiciais;

c) não transigir nos casos comprovados de prática de sonegação fiscal.".

Art. 2º - O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG -, na qualidade de agente financeiro do Fundo SOMMA, ao proceder à aplicação de encargos, penalidades, cominações e multa prevista na regulamentação do referido Fundo, poderá, com a finalidade de obter o pagamento das prestações inadimplidas do financiamento, adotar, isolada ou cumulativamente, os seguintes procedimentos:

I - conceder dilatação dos prazos para pagamento das prestações vencidas em até vinte e quatro meses, observada como limite a data de vencimento da última prestação contratual;

II - reduzir a multa contratual;

III - reduzir os juros moratórios.

§ 1º - A adoção dos procedimentos previstos nos incisos I, II e III deste artigo fica condicionada à aprovação prévia, pelo BDMG, de relatório técnico circunstanciado que demonstre a incapacidade de pagamento do beneficiário financiado no âmbito do Fundo SOMMA nas condições originalmente pactuadas.

§ 2º - O prazo de que trata o inciso I deste artigo poderá ser dilatado em até quarenta e oito meses, observada como limite a data de vencimento da última prestação contratual, excepcionalmente, em casos de calamidade pública previstos na legislação vigente ou quando houver queda de, pelo menos, 30% (trinta por cento) na arrecadação de receitas correntes do beneficiário, em relação aos últimos doze meses.

§ 3º - Só poderá ser concedida nova repactuação da dívida após um período mínimo de vinte e quatro meses contado da data da última repactuação, que se amplia para cinco anos no caso de haver execução judicial.

Art. 3º - Os procedimentos e as penalidades a serem aplicados nos casos de inadimplemento e de sonegação fiscal são os estabelecidos no regulamento do Fundo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 28/3/2000

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam as galerias, assessoria da Casa, é uma satisfação muito grande ocupar esta tribuna para falar da chegada de um grande líder a esta Casa: o Deputado Sandoval Geraldo Coelho.

A chegada do Deputado Sandoval Coelho a esta Casa premia a memória do Sr. Anfrísio Coelho, pai do nobre Deputado, grande líder político do Norte de Minas, que foi Prefeito por dois mandatos em Porteirinha e que, com seu carisma, conquistou o coração de seus eleitores.

Premia, também, a memória do grande líder político que foi o Sr. José Aparecido Martins, mais conhecido como Zé Bonitinho, companheiro político que abraçou a campanha do Deputado Sandoval, por acreditar na sua competência para assumir uma cadeira nesta Casa.

Outro motivo de relevância é que o Deputado Sandoval Coelho é funcionário de carreira do Estado, que já contribuiu de forma positiva no exercício de funções importantes no IPSEMG. Ademais, trata-se de um profissional da área da odontologia, que certamente estará contribuindo com sua experiência para os trabalhos do Poder Legislativo.

Parabéns, Deputado Sandoval Coelho. Parabéns, Norte de Minas, pelo privilégio de receber mais um representante para trabalhar em prol de nossa região.

Seja bem-vindo a esta Casa, Deputado Sandoval Coelho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário "ad hoc", Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, ocupo a tribuna desta Casa para informar aos meus colegas e à opinião pública que apresentamos à Comissão de Transporte um requerimento. Quero, neste momento, agradecer o Presidente daquela Comissão, Deputado Álvaro Antônio, bem como os outros membros, por terem acolhido e visto a necessidade de esta Casa ouvir o Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica, o Sr. Alcio Passos Ferreira, em relação aos últimos acontecimentos que levaram os Bairros Casa Branca e Caetano Furquim, mais uma vez, a ficar em estado de alerta. Os acontecimentos só não foram mais trágicos porque pessoas acabaram não sendo atingidas pelas chamas. Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentamos à Comissão de Transporte esse requerimento. Quero convidar os Srs. Deputados a comparecer, na quinta-feira da semana que vem, às 15 horas, ao Teatro da Assembléia, para que possamos debater, com o Presidente da Ferrovia, a questão da falta de segurança, a fim de que não mais tenhamos esse tipo de acidente.

Quero informar também, Sr. Presidente, que convidamos para essa audiência pública os Srs. Alcio Passos Ferreira, Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica; Jarbas Soares, Promotor do Meio Ambiente, e Luiz Carlos Teles, desse mesmo órgão; Tilden Santiago, Secretário do Meio Ambiente; Francisco de Assis Maciel, Presidente da Associação Comunitária do Bairro São Geraldo, que enviou, a este Deputado, um fax solicitando esse tipo de providência; um representante da Comissão de Serviços Públicos da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Totó Teixeira, Vereador, e outros; Vander Borges, Prefeito Municipal de Sabará; um representante da Rede Ferroviária Federal; o Ministro dos Transportes; o Ministro Eliseu Padilha, que, tão logo ocorrido o acidente, solicitou uma sindicância, dizendo que, quase por um milagre, o acidente não teve vítimas fatais; Jader Pinto Campos Figueiredo, do IBAMA; um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias e os Deputados Federais. Consideramos ser esse um assunto extremamente grave e importante para a comunidade belo-horizontina e, em especial, para a comunidade da região Leste. Esse grave acontecimento veio demonstrar que acidentes ali têm ocorrido em função da falta de cuidado com a sinalização.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, convocar os Srs. Deputados para indagarmos ao Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica por que ela não tem merecido os cuidados mínimos necessários no sentido de evitar transtornos às diversas comunidades belo-horizontinas.

Aqui estamos, não em nome próprio, mas em nome de toda aquela comunidade, que já se encontra cansada de solicitar das autoridades providências que, infelizmente, não têm sido tomadas.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Agradeço o aparte ao nobre colega e Deputado Márcio Cunha, parabenizando-o pelo seu oportuno pronunciamento, e pedindo-lhe licença para desviar um pouco do tema que ora aborda. Quero comunicar à Casa e a toda Minas Gerais o falecimento do Sr. José Rodrigues, professor de direito, advogado militante em Teófilo Otôni, no vale do Jequitinhonha e no Mucuri, Assessor Jurídico da Diocese de Teófilo Otôni, homem de vida ílibada. Trata-se de uma grande perda não só para o vale do Mucuri, mas também para o vale do Jequitinhonha.

Gostaria que fosse consignado nos anais desta Casa um voto de pesar pelo falecimento do nosso querido José Rodrigues. Muito obrigado, Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha - Agradecemos a gentileza de V. Exa., Deputado Márcio Kangussu. Dizia da falta de cuidado e de segurança mínima, e o jornal "Estado de Minas", no seu caderno "Gerais", à pág. 26, traz uma matéria com o seguinte título: "Malha ferroviária ao Deus dará", e mostra duas crianças atravessando a linha férrea exatamente no Bairro Esplanada, onde vivi grande parte da minha juventude e onde meus pais residem. Portanto, sou profundo conhecedor dessa situação. Já tivemos a oportunidade, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, de denunciar esses fatos e, infelizmente, até hoje essa questão não foi resolvida.

Desejamos saber se com a privatização da Rede Ferroviária, está havendo mais dificuldades para tomar esse tipo de providência. A situação, da forma como está, é insuportável para os moradores da região Leste da cidade, não só para o Bairro Esplanada, mas para Caetano Furquim, Casa Branca, Alto Vera Cruz, Pompéia, Abadia, enfim, para todos os bairros daquela região que convivem com essa linha férrea e que não podem mais conviver com esse descuido, com essa omissão das autoridades, que não dão sequer o mínimo de condições para que essa linha possa coexistir com a comunidade, sem levar toda essa insegurança para a população.

Foi nesse sentido, Sr. Presidente, que a Comissão de Transportes aprovou essa audiência pública, que contará com diversas autoridades. Desejamos que todos os companheiros façam esforço para estar conosco na próxima quinta-feira, às 15 horas, no Teatro da Assembléia, quando debateremos essa questão publicamente.

Outro assunto que trago, Sr. Presidente - e, sem dúvida alguma, V. Exa. tem sido um dos entusiastas desse assunto, estou inclusive preparando um pronunciamento para ser feito desta tribuna - refere-se ao Movimento Democrático de Base - MDB -, que é um movimento nosso, dos peemedebistas autênticos, que estão neste partido há bastante tempo e sabem da necessidade que há, hoje, de o PMDB tomar determinadas atitudes e decisões. Há muito tempo muitos de nós temos aconselhado a Direção Nacional do Partido a desvincular-se do Governo Federal. Isso, infelizmente, até o presente momento, não foi feito por equívoco dos companheiros da bancada, especialmente do PMDB nacional, que insistem em apoiar esse Governo Fernando Henrique, que, sem dúvida, infelicitou a população brasileira e, portanto, não merece a credibilidade e o aval do nosso partido.

Juntamente com o Presidente desta Casa, tive oportunidade de participar de reunião com diversos Deputados Federais, na casa do companheiro Paes de Andrade, em Brasília, e com alguns Senadores do PMDB, quando fazíamos uma avaliação desse momento. No dia 11 de abril lançaremos, em âmbito nacional, esse movimento emedebista, Movimento Democrático de Base, no sentido de demonstrar que as bases do PMDB sabem efetivamente o que querem. Portanto, sabem fazer uma avaliação crítica do Governo Federal, mostrando o caminho, que é o PMDB desatrelar-se do Governo Federal.

Sinto-me extremamente honrado em participar desse movimento, Sr. Presidente, porque, na verdade, ele se relaciona com a minha trajetória política, já que fui um dos fundadores do PMDB em Belo Horizonte e sempre estive com esse partido nos momentos mais difíceis. Em 1982, éramos 23 Vereadores, quando, juntamente com o Dr. Tancredo Neves, assumimos o Governo de Minas, naquele momento tão decisivo e importante para a história brasileira, ou seja, no momento da virada. Éramos, até há poucos dias, apenas dois Vereadores em Belo Horizonte. Isso demonstra que, nós, do PMDB de Belo Horizonte, especialmente, continuamos lutando e enfrentando todas as adversidades e dificuldades, mas sempre com esse partido que tanto amamos e que nesta Casa representamos.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de dirigir-me a meus companheiros de bancada e a meus ilustres companheiros daqui que estão em outros partidos agora, mas que já estiveram, como clandestinos, junto conosco, porque o PMDB representava a resistência democrática e a trincheira que abrigava os companheiros que desejavam um País mais livre e mais democrático. Portanto, Sr. Presidente, participar do MDB é para mim motivo de honra e glória. Sem dúvida alguma, traremos, posteriormente ao lançamento desse movimento, mais informações aos ilustres companheiros.

Sr. Presidente, foram esses dois assuntos que me trouxeram hoje a esta tribuna. Confirmando e repetindo, estamos convidando os Srs. Deputados para, quinta-feira que vem, participarem de uma audiência pública, na Comissão de Transporte, para avaliarmos esses últimos acidentes que ocorreram na linha férrea, especialmente na região Leste da cidade.

Vim trazer também informações sobre o Movimento Democrático Básico - MDB -, que será lançado oficialmente, já que lançamos o manifesto, assinado por diversos parlamentares, em Brasília, desatrelando-o do Governo Federal e mostrando ao País que o PMDB continua sendo uma grande alternativa para os brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público presente, mais uma vez, há uma triste notícia. Esse final de semana foi extremamente violento, infelizmente, para os membros da segurança pública. Houve a morte de um policial militar e outros dois ficaram feridos. No dia 25 de março, por volta das 20 horas, o Cabo José Cláudio Lopes e o Cabo Elder Rodrigues de Sena, ambos do 3º Batalhão da cidade de Curvelo, foram atender a um chamado da população para a ocorrência do arrombamento de uma residência. Imediatamente, deslocaram-se para o local onde depararam com o marginal. Houve troca de tiros e, infelizmente, o Cabo Cláudio foi atingido na axila, tendo morte instantânea. O Cabo Elder sofreu ferimentos leves e se encontra fora de perigo. Sr. Presidente, gostaríamos de deixar claro que a população sofre com essa violência, e a polícia, ao tentar minimizá-la, torna-se também vítima.

Esse cidadão, servidor público que faz a segurança pública, que atende o clamor da sociedade, está sendo vítima também dessa violência. O militar que faleceu, o Cabo Cosme, estava trabalhando há 14 anos na corporação, onde desempenhava, com total dignidade, seu trabalho. Com sua morte, ficaram desamparados sua esposa, Sra. Tânia Maria, e seus dois filhos, um de quatro e um de dois anos, que residem na cidade de Curvelo. Outro policial militar acidentado na mesma data, no dia 25 de março, às 23 horas, na Av. Cristiano Machado, na Cidade Nova, no Posto Fazenda Velha, foi o Cabo-PM Adalberto Alves de Moura, lotado na 2ª Companhia ROTAM, no antigo Batalhão de Choque, agora Batalhão de Missões Especiais, que pegava um "bico", tentando complementar o seu salário. Foi abordado por um indivíduo que, após anunciar o assalto, o baleou. E o Cabo está em estado gravíssimo no Hospital do Pronto Socorro. É casado com a Sra. Maria de Fátima e é pai de uma criança de dois anos.

Estamos aqui, Sr. Presidente, registrando esses últimos acontecimentos envolvendo policiais militares e, em algumas situações, também envolvendo policiais civis. Queremos dizer que este Deputado, mais do que nunca, não se cansará de defender os servidores da segurança pública. Este Deputado não deixará passar em brancas nuvens as violências que sofremos nos embates do dia-a-dia, defendendo a população. Não adianta falar que a nossa Polícia é a melhor do Brasil se não temos um tratamento à altura. Sabemos que a sociedade reconhece esse trabalho. Graças a Deus, o povo mineiro reconhece. O cidadão mineiro reconhece a Polícia que tem, e já constatamos isso. A população de Minas é sensível aos servidores públicos.

Mais uma vez, queremos deixar registrado nos anais desta Casa que os servidores estão sendo vítimas da violência, e não é dado a eles o mesmo destaque quando morrem defendendo a sociedade, quando largam suas esposas e filhos por causa dessa violência que está assolando o nosso Estado. São vítimas também do abandono, porque, se tivéssemos recebendo um salário à altura, com certeza não teríamos policiais fazendo "bico" em posto de gasolina. Com certeza, teríamos mais coletes à prova de bala, teríamos um armamento à altura. Recentemente, como membro da CPI do Narcotráfico, estivemos na cidade de Iturama e na Região do Triângulo, onde pudemos constatar que naquela região, uma região da qual V. Exa., Sr. Presidente, é representante, não há fiscalização. Também pleiteamos do Governador a nomeação dos policiais civis, para que possamos reforçar a Região do Triângulo. Não existe o mínimo de fiscalização nos aeroportos. Quando retornávamos de Iturama, juntamente com membros da Polícia Federal e do Ministério Público, tivemos a oportunidade de descer no aeroporto de Uberaba com 6k de cocaína apreendida pela Polícia Federal, e não fomos vistoriados por ninguém. Não havia detector de metais e nenhum funcionário fiscalizando quem quer que seja.

Precisamos, Sr. Presidente, que seja dado valor aos policiais e que a imprensa nos ajude a divulgar esses fatos. E os nobres companheiros da CPI do Narcotráfico também devem estar atentos para a violência que sofrem os nossos policiais; temos desvios de conduta, temos policiais sendo acusados disso e daquilo, mas precisamos botar no mesmo prato da balança quando os nossos policiais são vítimas de violência.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Nobre Deputado Sargento Rodrigues, quero fazer coro com V. Exa. quando hipoteca sua solidariedade à família desses policiais vítimas

da violência. Acho que isso vem mostrando que nós, policiais, a cada momento, estamos sofrendo essa violência.

Além disso, gostaria de reafirmar a V. Exa. e ao Presidente desta Casa que estamos nos empenhando na criação de nossa comissão de defesa social, para que todas as colocações que V. Exa. tão bem fez desta tribuna - como os baixíssimos salários e a falta de coletes e de outras condições básicas para o trabalho, além da falta de nomeação de nossos policiais - possam ser tratadas de forma institucional, na comissão correta. Poderemos, ainda, estar traçando as políticas de segurança pública dirigidas à sociedade e, também, a nós, policiais. Como anda a situação da lei orgânica da Polícia Civil? Como está sendo encaminhado o estatuto da Polícia Militar? Esses assuntos nos dizem respeito, apesar de alguns não quererem reconhecer isso, como vimos em matéria publicada no "Diário da Tarde", na semana passada. Somos especialistas, sim. Vivemos isso durante toda a nossa existência e estamos aqui em decorrência de nosso trabalho dentro da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Portanto, quero registrar a solidariedade da Polícia Civil a nossos companheiros da Polícia Militar vítimas de violência e reafirmar a V. Exa. que nós, da bancada de policiais - nome que nos foi dado com muito carinho e que assumimos -, solicitamos, com empenho, que esta Casa tenha sua comissão de defesa social. Não queremos esvaziar nada, mas tratar de assuntos de nosso interesse. Muito obrigada, Sr. Deputado. Parabéns por sua fala.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos o aparte da nobre colega Deputada e Delegada de carreira da Polícia Civil. Gostaria, já que V. Exa. nos lembrou da matéria veiculada pelo "Diário da Tarde", de dizer ao Deputado João Leite, que alega, segundo a matéria, que estamos esvaziando a Comissão de Direitos Humanos, que essa não é a nossa intenção. Pelo contrário, apenas queremos discutir a segurança pública no fórum adequado, que não é a Comissão de Direitos Humanos.

Sr. Presidente, o Regimento Interno diz que a política de segurança pública está afeta à Comissão de Direitos Humanos, o que está completamente equivocado, pois essa Comissão não pode tratar desse assunto. Deputado João Leite, por quem tenho grande respeito, carinho e admiração, gostaria de reafirmar a V. Exa. que a matéria veiculada pelo "Diário da Tarde" não diz a realidade. Nem o Deputado Cabo Morais nem a Deputada Elaine Matozinhos nem eu temos o interesse de esvaziar a Comissão de Direitos Humanos, que tem um papel muito importante. Eu até mesmo encaminharei a essa Comissão, como já fiz várias vezes, com o apoio de V. Exa., os familiares de policiais que morreram, solicitando sua atenção, para que possamos, juntos, como Deputados, dirigir suas reivindicações a quem de direito, a fim de tentar sanar as dificuldades desses familiares de policiais vítimas de violência, que também têm seus direitos, pois são de carne e osso e pagam imposto como qualquer cidadão.

Sendo assim, Deputado João Leite, gostaria de esclarecer a V. Exa. que não há o mínimo interesse de esvaziar a Comissão. Falo isso com muita transparência, consciência e convicção. Mas, Sr. Presidente, a política de segurança pública desta Casa poderia muito bem estar afeta à Comissão de Administração Pública ou a uma futura comissão de defesa social, fóruns adequados para as nossas discussões. Na Comissão de Direitos Humanos estamos sempre recebendo queixas contra policiais, que são chamados a depor, a responder a sabatinas e assim fica difícil, nesse mesmo fórum, trazer os mesmos policiais a fim de tratar de segurança pública. Isso é incompatível. Questionamos apenas o item que diz respeito ao fato de a política de segurança pública estar afeta à Comissão de Direitos Humanos e queremos discuti-lo melhor, tratando-o neste Plenário. Tenho certeza de que os nobres pares da Casa entenderão que a política de segurança pública deve ser tratada com carinho e, mais do que nunca, com a máxima urgência, uma vez que o cidadão já não consegue sair às ruas com tranquilidade e até os próprios policiais estão sendo mortos nos embates do dia-a-dia.

Então fica registrado o nosso repúdio à matéria veiculada no "Diário da Tarde", que diz que estaríamos esvaziando a Comissão de Direitos Humanos. Isso é uma inverdade. Não aceito esse tipo de acusação. Diz-se que são os Deputados da base governista, e são citados os Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais e a Deputada Elaine Matozinhos.

Fica aqui também, Sr. Presidente, o nosso clamor aos demais pares desta Casa e à Presidência, hoje ocupada por V. Exa., para que tenhamos um fórum adequado para discutir segurança pública com mais agilidade e rapidez, já que, infelizmente, a Comissão de Direitos Humanos não é, nunca foi e nunca será o fórum adequado para isso.

Fica, ainda, o meu registro sobre o falecimento do Cabo Cosme e o meu pesar à sua família. E quero dizer a toda a família policial do Estado, quer seja Polícia Militar, Civil ou Federal, que, enquanto for Deputado, aqui estarei denunciando o fato de que também somos vítimas de violência e que a comunidade precisa estar atenta a isso. E que a balança da justiça precisa ter dois pratos e pesar por igual: polícia cometeu violência, tem de ser punida; bandido cometeu violência, tem de ser punido, na forma da lei, com o mesmo tratamento dado ao servidor público. Mais do que nunca a polícia mineira merece o nosso respeito e, cada vez mais, tem de ser olhada com carinho, porque, enquanto a polícia estiver ganhando esse salário miserável, teremos, com certeza, mais policiais mortos, fazendo bico, infelizmente, para complementar seu salário, a fim de dar dignidade à sua família. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, visitantes, gostaria, ao ocupar a tribuna nesta tarde, de falar da dificuldade que hoje tem o Prefeito de uma cidade do porte de Montes Claros para levar adiante a sua administração. A nossa cidade é a 5ª maior do Estado, no entanto, é a 24ª em arrecadação de tributos, em rendas que chegam aos cofres, mostrando muita discrepância entre os problemas que tem e os recursos disponíveis para levar adiante a sua administração. Não bastasse essa diferença, estamos notando também que existe uma lacuna muito grande, falta de investimento dos Governos Estadual e Federal em nossa cidade. Falo isso comparando o que acontece em Montes Claros com o que ocorre em outras cidades do mesmo porte, e até mesmo menores, do nosso Estado, principalmente as que têm amparo do Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco.

Faço esse desabafo porque estamos notando que a cidade passa por uma fase de crescimento, experimenta um desenvolvimento muito grande e está se preparando, com toda dificuldade, para enfrentar esse crescimento. No entanto, temos aqui, no Governo do Estado, no BDMG, solicitação feita pela Prefeitura de Montes Claros de um empréstimo, através do Projeto SOMMA, que será usado para urbanização e saneamento daquela cidade. Notamos que não há um trabalho nesse sentido. Não há predisposição e nem mesmo boa intenção no que diz respeito a acatar esse pleito da cidade de Montes Claros. Falo isso baseado em dados. Quando observamos que outras cidades menores que Montes Claros entraram com seus projetos e programas e tiveram os financiamentos aprovados pelo Senado, notamos que os recursos já saem para essas outras cidades. No entanto, para Montes Claros, esses recursos estão demorando a sair.

Aliás, esse Projeto SOMMA não é da atual administração. É um projeto de financiamento que surgiu na administração passada, do então Prefeito Luiz Tadeu Leite, aqui presente. E naquela ocasião, o projeto do programa de financiamento do então Prefeito Luiz Tadeu Leite não saiu para Montes Claros.

Queremos aqui fazer um apelo e cobrar de S. Exa. o Governador do Estado, do seu Secretário do Planejamento, Deputado Sávio Souza Cruz, esclarecimentos aos inúmeros ofícios e requerimentos aprovados por esta Casa, mostrando qual a dificuldade e onde ela se situa, porque não queremos que a cidade pare o seu processo de desenvolvimento.

Montes Claros precisa preparar-se para as grandes dificuldades que vem enfrentando e que haverá de enfrentar daqui para a frente. Não queremos que os projetos sociais de Montes Claros sejam interrompidos. Queremos que aquela Prefeitura e aquele povo sejam atendidos.

Já tentamos trazer o então Secretário Manoel Costa a este Plenário e à comissão para explicar tudo isso, mas, muito estranhamente, há um grande silêncio por parte do Governo.

Aliás, não é só o Projeto SOMMA. Temos outros projetos que precisam da boa-vontade do Governo do Estado e do Governo Federal. Montes Claros, recentemente, fez um acordo concedendo por mais 30 anos a exploração do serviço de água e esgoto, aprovado pela Câmara Municipal por unanimidade, e também a COPASA está atrasando o repasse de recursos para a conclusão de obras extremamente importantes.

Há o pleito pela retomada da segunda pista do anel rodoviário, um grande sonho, uma grande reivindicação da cidade de Montes Claros. Existe também um clamor pelo reinício das obras da Estrada da Produção, interrompidas no Governo passado. Houve uma retomada neste Governo, por autorização do Governador e do Vice-Governador, mas, infelizmente, as obras já estão paralisadas.

Enfim, a cidade está sendo absolutamente isolada, ilhada, e queremos cobrar desta tribuna a atenção que Montes Claros merece e precisa. Faço um apelo aos Deputados de Montes Claros e do Norte de Minas que aqui estão, para que possamos, num determinado momento, ter um encontro para analisar, à luz das necessidades e das prioridades daquela região, algumas obras importantes não só para aquela cidade, como também para todas as cidades norte-mineiras.

Tomo como exemplo o que está acontecendo no Sul de Minas. Recentemente essa região enfrentou problemas seriíssimos, emergentes, com as chuvas de janeiro. Imediatamente o



Sr. Presidente da República fez uma visita ao Sul de Minas, o Governador transferiu todo o seu Governo para aquela região, e, graças a Deus, as ações do Governo Federal e do Governo do Estado já começam a chegar àquele povo, àquela região que é fundamental, que é importante para o nosso Estado e para o nosso País.

Mas o que podemos notar é a diferença de tratamento. Estamos vivendo, no Norte de Minas, uma situação de calamidade há 20 anos. Durante 20 anos, todos os anos, os municípios decretam estado de emergência e de calamidade pública, reconhecidos pelo Governo do Estado. Há 20 anos estamos aqui, de pires na mão, fazendo o nosso trabalho de reivindicação, fazendo um trabalho para mostrar a necessidade de se investir naquela região. No entanto, estamos notando que as coisas ali acontecem muito devagar e, muitas vezes, não chegam a acontecer. Nada de novo, nada de importante é feito em favor dos municípios norte-mineiros. Bastou uma semana de calamidade, de chuvas no Sul de Minas para que as obras começassem a chegar. E está certo, tem que ser dessa forma. Mas estamos, há 20 anos, lutando, reivindicando obras em favor de nossa região, onde o povo está passando sede, está desesperançoso, onde existe um desestímulo muito grande à produção agropecuária, que enfrenta dificuldades climáticas, pragas como a que está atacando hoje a maioria dos municípios, nuvens de gafanhotos invadindo as cidades, invadindo os campos, destruindo as plantações, rios secando, córregos já secos. São mais de 700 córregos e rios que secaram no Norte de Minas no ano de 1999. Estamos observando um clamor muito grande; os Deputados desta Casa fazendo, cada um, a sua parte, a sua reivindicação, e, infelizmente, as coisas não acontecem.

Hoje temos a honra de ter a nossa bancada acrescida do Deputado Sandoval, que está aqui presente, que assume uma vaga no espaço deixado pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, pessoa votada no Norte de Minas, mais um grande e importante reforço para a nossa luta. Gostaria de lhe dar as boas-vindas, Sandoval, em meu nome e em nome dos companheiros que aqui estão. É necessário que estendamos a bandeira da nossa região para que possamos fazer um trabalho em conjunto. Não estou vendo esse trabalho. Há interesses isolados, interesses partidários, interesses pessoais. Há até quem procure fazer um trabalho contra a região, discriminando determinados municípios. Não podemos aceitar um trabalho dessa forma. De que adianta ter uma bancada de oito ou nove Deputados se não estivermos orquestrados, se não estivermos falando a mesma linguagem, se interesses menores e particulares se sobrepuserem aos interesses maiores da região? É necessário que nos unamos verdadeiramente, deixando a retórica e partindo para a prática, uma prática saudável, salutar, uma prática importante para a nossa região. Temos aqui Deputados do mais alto gabarito, preparados, que conhecem perfeitamente a região.

Gostaria de, neste momento, fazer um apelo. Faço um apelo em nome de Montes Claros, para que o Governo não discrimine mais nossa cidade, para que os Deputados possam tirar qualquer tipo de veto político em relação a ela, porque é uma cidade que precisa da ajuda, dos recursos do Governo do Estado, liberados por meio de projetos como o SOMMA. Mas o meu apelo vai mais além, faço-o tocando cada um dos Deputados.

Não podemos aceitar mais a discriminação e o que está acontecendo, pois muito se fala sobre a região e muito pouco se faz por ela.

Estive com o Prefeito Jairo Ataíde, que está fazendo um belo trabalho na cidade de Montes Claros, a qual se encontra preparada para o desenvolvimento. Com um detalhe: o Prefeito Jairo Ataíde não pediu ou tomou um centavo de empréstimo de nenhuma instituição bancária. Não houve ajuda do Governo Estadual, do Governo Federal nem dos Deputados Federais. Enfim, queremos mostrar que, em Montes Claros, pratica-se uma política de alto nível e que lá há um Prefeito preparado para o desenvolvimento e para promover o progresso da quinta maior cidade de Minas Gerais. O Prefeito Jairo Ataíde tem voltado suas vistas para o social, para a educação, para a saúde pública, para o saneamento e para a ajuda ao homem do campo, com poucos recursos, que são insuficientes para fazer frente ao trabalho que precisa ser feito pela nossa cidade.

O apelo que faço é a cada Deputado. Gostaria que essa bancada tivesse uma só cor partidária, uma só legenda, que seria a legenda do Norte de Minas, das cidades Norte-mineiras. Temos aqui a Deputada Elbe Brandão, que tão bem tem representado os seus municípios; o Deputado Sandoval, recém-empossado; o Deputado Luiz Tadeu Leite, Vice-Líder do Governo; o Deputado Gil Pereira, o Deputado Arlen Santiago, o Deputado José Braga, o Deputado Wanderley Ávila. Enfim, somos uma bancada com número expressivo de Deputados, mas, infelizmente, não estamos falando a mesma língua nem tocando na mesma orquestra. Infelizmente, sou obrigado a reconhecer que posições e interesses partidários e pessoais estão se sobrepondo aos interesses maiores da nossa região do Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupei a tribuna desta Casa recentemente para fazer uma denúncia de um assalto a Belo Horizonte, praticado pelo (...) Célio de Castro, quando dá de presente R\$85.000.000,00 à UNIMED. Estão aqui todos os passos do (...) cometido pelo Doutor BH, pelo (...), pelo (...), pelo (...) que se escusa a instalar CPls, postos de saúde e medicamentos para a população e dá R\$85.000.000,00 à UNIMED. Trata-se de jogo de compadres, de acerto por debaixo dos panos, promovido por médicos, inclusive o Vereador de Belo Horizonte, Dr. Alexandre Gomes, que faz política na nossa região.

Do (...) ninguém fala nada. Uma Delegada assume a defesa intransigente do Doutor BH, do (...), do (...) e do (...), porque é sanguessuga. (...) é sanguessuga - está no dicionário. Alguns jornalistas não quiseram nem publicar e colocaram "B". (...) é sanguessuga. Se aqueles que conhecem o comportamento do Doutor BH, do (...), têm intimidade com ele e levaram a questão por outro lado, não fui eu. Chamei-o de sanguessuga, ou seja, o (...) é o sanguessuga. É (...) porque (...) R\$85.000.000,00. Isso parece com a história do Fernando Henrique, com o grampo do BNDS. Não importa quem roubou nem quanto roubou, importa quem grameou. A discussão é porque chamei o homem de (...). É (...). Está aqui.

Gostaria de falar para a Delegada que, em minha vida, como trabalhador, jamais tive, em nenhum dos parlamentos que freqüentei, nenhuma acusação pairando sobre mim, para dizer que meus interesses são escusos, como V. Exa. disse a meu respeito. Não tenho nenhum interesse escuso. Não defendo nenhum grupo. Defendo a mim, ao meu povo, ao meu eleitor há cinco mandatos, com muita honradez, com muito carinho, com muita transparência.

Fui caminhoneiro por mais de dez anos e nunca roubei carga. Sou Deputado há quase 20 anos e nunca estive envolvido com nenhuma falcatura, seja tráfico de drogas, seja qualquer outro fato que pudesse macular a minha vida. Sou um homem de vida limpa e honrada.

Vim aqui denunciar um (...), o (...), e também a farsa que é essa medicina política, Conselho Federal, Conselho Regional, sindicatos, em que se unem os grandes (...), a (...) da medicina. É dessa (...) que venho falar, dessa (...) que, como a Delegada, não está preocupada com o (...) (...), pelo (...), pela (...) Célio de Castro, mas sim porque chamei o homem de (...). (...) a senhora faz parte do partido dele, conhece a intimidade dele, o que não conheço.

Ao médico, Dr. Marco Régis, gostaria de dizer que não sei se representa nesta Casa a parte boa da medicina, com a qual me consulto, pela qual tenho respeito, pela qual luto, em defesa dos salários baixos, contra os remédios falsificados que a obrigam a colocar no mercado, contra os hospitais às vezes imundos em que são obrigados a trabalhar. Nunca tirei das minhas notas taquigráficas alguma palavra que tenha dito no parlamento, seja ela passível de decoro, seja ela passível de processo, seja ela passível do que for. Mas V. Exa. foi lá e retirou as suas.

Então, gostaria que fosse passado o vídeo, para vermos se V. Exa. responde pela (...) da medicina, que fala em aplicar injeção letal. A medicina só trabalha em duas condições: ou sucesso total, ou sucesso letal. A (...) da medicina trabalha com o sucesso letal, porque é muito mais rentável. Talvez, seja por isso que V. Exa. falou assim.

Gostaria que passassem o trecho em que o Deputado Marco Régis diz que eu poderia ser vítima de uma injeção letal.

- O vídeo é transmitido.

O Deputado Irani Barbosa - Não precisa passar mais nada, Sr. Presidente.

Deputado Marco Régis, repito mais uma vez: os médicos com quem me consulto não fazem parte dessa medicina (...) que V. Exa. conhece bem. V. Exa. pode saber muito bem do que está falando, porque conhece a (...) da sua medicina, porque tem amigos que são ligados à parte a que não estamos ligados.

Entrego desta tribuna, Sr. Presidente, uma denúncia formulada pela minha irmã, Juíza da Comarca de Bonsucesso, contra um Promotor, o Sr. Dimas Messias de Carvalho, por sua defesa intransigente dos traficantes dessa região, do qual, casualmente, o nosso amigo Marco Régis é protetor.

V. Exa. veio a esta tribuna e acusou o Secretário da Segurança de ser amigo de traficante no Sul de Minas. Deputado Marco Régis; amigo de traficante é V. Exa., e o processo vai colocar o que temos de falar. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

\* - Sem revisão do orador.

(...) - Palavras expungidas por Decisão da Presidência proferida em 23/3/2000.

A Deputada Elbe Brandão\* - Sr. Presidente, tentarei fazer meu pronunciamento no tempo estipulado, mas gostaria que prevalecesse o requerimento encaminhado pelo Deputado Carlos Pimenta, que me daria 30 minutos de prazo para proceder ao meu pronunciamento.

Pensava na noite de ontem, e, sempre quando pensamos, chegamos a alguns pontos de orientação. Duas coisas me ocorreram: uma proveniente do texto do Prof. Pedro Paulo Cristóvão dos Santos, que diz: "O silêncio é uma homenagem que a palavra presta ao espírito". Outra, do meu conterrâneo ilustre Darci Ribeiro: "Sou um homem de causas, vivi sempre pregando e lutando como um cruzado pelas causas que me comovem. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado daqueles que nos venceram nessa batalha".

Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, imprensa aqui presente, povo de Minas Gerais, há um ano foi-me dada a responsabilidade, pelo Presidente Anderson Adauto, de pertencer à Comissão Especial de Comemoração do Brasil 500 anos. Tivemos momentos de reflexão. Houve nesta Casa, muito bem desenvolvida pelo Deputado Durval Ângelo, uma profunda discussão com o comitê institucional da Casa, chegando-se à reflexão de que precisaríamos repensar o Brasil, 500 anos depois. No entanto, entendeu a Mesa, juntamente com o Presidente, de formar um grupo parlamentar para auxiliar e encaminhar todas essas atividades. Coube-me a Presidência desse grupo parlamentar, composto também dos Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Márcio Cunha e Ivo José. Temos trabalhado. Acredito que a instituição Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais estará na ponta das comemorações do Brasil 500 anos, em Minas Gerais. Teremos ciclos de debates, concurso de redação e ilustração, em parceria com a Secretaria da Educação, levando a reflexão a todo o Estado mineiro. E, quando pude dar o silêncio ao meu espírito, soube que é preciso, em alguns momentos da vida, termos a exata noção dos nossos limites no desempenho do trabalho. Assim, Sr. Presidente, não me sinto apta a estar na Presidência de duas comissões nesta Casa. Fiz um ofício ao Líder do meu partido, partido a que tenho orgulho de pertencer junto com meus colegas do PSDB, renunciando à Presidência da Comissão de Turismo. Tentarei permanecer como membro dessa comissão, já que tanto defendo e acredito no turismo como solução de desenvolvimento econômico para o nosso Estado.

Meu requerimento encontra-se vazado no seguinte teor: "Apresento a V. Exa. minha renúncia à Presidência da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em razão de ter sido nomeada pela Presidência desta Casa para presidir o grupo parlamentar responsável pelas comemorações dos 500 anos do Brasil. Receba meus cumprimentos. Deputada Elbe Brandão".

Assim, Sr. Presidente, Deputado Anderson Adauto, continuarei nessa cruzada, neste ano de 2000 e até abril de 2001, dentro do entendimento de que os 500 anos do Brasil começam em abril deste ano e se estendem até abril do ano que vem. Queremos representar esta Casa com dignidade e, mais ainda, parabenizar o Presidente da Assembléia, já que a escolha foi pela instituição Assembléia, e não uma escolha partidária, caso contrário não estaria eu, membro do PSDB, na coordenação desses trabalhos. Muito obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, obrigado. Gostaria de dizer, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que não é esse o nosso trabalho. Falo em nome dos Deputados que compõem a Comissão. Estaremos sempre mostrando e temos que repetir aqui qual é o trabalho da Comissão de Direitos Humanos.

Tive o prazer, desde o ano de 1995, como representante da Assembléia Legislativa, de levar as propostas da Comissão de Direitos Humanos para o Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 1998, com a presença das polícias e do Poder Executivo, elaboramos 600 propostas para o Programa Estadual de Direitos Humanos. Gostaria de falar sobre algumas propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos: "Simular o aperfeiçoamento dos critérios para seleção, admissão, capacitação, treinamento e reciclagem de policiais; simular a implementação de programas de seguro de vida e de saúde para os policiais".

No ano passado, apresentamos um projeto no Plenário da Assembléia Legislativa, como fizeram os companheiros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia de São Paulo, juntamente com o Governador Covas, que aprovaram o seguro de vida para os policiais. "Apoiar a criação do sistema de proteção especial às famílias dos policiais ameaçados em razão de suas atividades; incentivar programas de capacitação material das polícias, com a necessária e urgente renovação e modernização de equipamentos de prestação de segurança pública; apoiar as experiências de polícias comunitárias ou interativas, entrosadas com conselhos comunitários, que encarem o policial como agente de proteção dos direitos humanos; apoiar programas de bolsas de estudo para aperfeiçoamento técnico dos policiais; estimular a regionalização; apoiar a expansão de serviços de segurança pública". A partir da CPI, da qual participei com vários Deputados, apresentamos dez projetos de lei. Um deles tratava da transferência dos mais de 10 mil presos que estão hoje com a Polícia Civil para a Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos, para que a Polícia Civil pudesse ter liberdade para cumprir o seu papel constitucional. Infelizmente, até hoje não houve essa transferência.

A Assembléia Legislativa tinha, até 1997, a sua Comissão de Defesa Social. O que temos avançado, em termos de segurança pública, no Estado, além das legislações propostas pela Comissão de Direitos Humanos, de Deputados que pertencem ou pertenceram à Comissão de Direitos Humanos? Temos uma legislação da Polícia Civil, de 1940; da Polícia Militar, de 1960, e nenhum outro avanço. Será que a Comissão de Defesa Social da Assembléia Legislativa não pôde trazer essa contribuição naquele momento? Para essas pessoas que pensam que segurança pública é só repressão, digo que não é. A participação popular é fundamental. Quero agradecer o Deputado Sargento Rodrigues quando estende sua saudação, além da família do Cabo Cosme - e a Comissão de Direitos Humanos também lamenta essa perda -, aos familiares de todos os policiais. Sou de família de policial. Fui criado por um detetive, com todas as dificuldades e com muita honra. Era um homem sério, simples e pobre, que me ensinou a dignidade e a honestidade. Creio que o lugar para pessoas criminosas é a cadeia e que de lá não podem ser liberadas. Essa cadeia deve ter segurança, porque quando eu, o Deputado Durval Ângelo e vários participamos da CPI do Sistema Penitenciário, fechamos a Cadeia do Palmital, em Santa Luzia. Nessa noite, fugiram 11 presos de lá. Com isso, foi colocada em risco toda a população daquela região, inclusive uma escola que se localizava ao lado da cadeia. Esta é a verdade da Comissão de Direitos Humanos: queremos segurança pública e condições para os policiais.

Concluo dizendo que aquelas pessoas que dizem o contrário estão tentando tumultuar, mas estaremos presentes para mostrar a verdade, sempre. O policial é um servidor da população e deve dar-lhe segurança. Queremos segurança e a participação da população para construí-la. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos usando o art. 164 apenas como um aperitivo, ou seja, como uma prévia do que usaremos posteriormente na tribuna. Na semana passada, já disse que não vou acovardar-me diante de colegas aos quais muitos temem responder, por causa da maneira - como já disse a Deputada Elaine Matozinhos antes - desequilibrada com que se manifestam neste Plenário. Gostaria de dizer que, neste momento, em que me encontro tenso, não irei usar da palavra, esperando uma oportunidade em que possa estar mais sereno para dar a devida resposta.

Vou adiantar os assuntos de que tratarei. Primeiramente, fico orgulhoso diante da necessidade de um telão no painel para que pudéssemos aparecer, pois somos muito modestos. Talvez essa aparição possa dar-me mais ibope, porque, na verdade, não retiraria o que disse. Não fiz essa afirmação em tom de ameaça. Todos temos presença de espírito, e disse apenas que o Deputado poderia ser vítima de uma injeçãozinha letal, até em tom de humor negro, de ironia macabra. Na verdade, para responder ao colega, é preciso usar de certas sutilezas, para não correremos o risco de sofrer certas represálias no Plenário.

Segundo, não vou responder sobre a que banda da medicina pertença, porque é com muito orgulho e muita tranquilidade que posso dizer que sou, talvez, um dos raros Deputados desta Casa que veio para a Assembléia Legislativa estrita e exclusivamente em função da sua vida profissional, ou seja, da medicina. Então, quem há de julgar-me são as pessoas que me conheceram e que foram parte de minha vida profissional por mais de 20 anos. Não tenho, aqui, de dar resposta ao Deputado Irani Barbosa sobre de que banda sou, aliás, uma palavra em moda no banditismo do Rio de Janeiro, hoje, na boca do Governador Antony Garotinho.

Gostaria de dizer, ainda, nesses dois minutos que me restam, que vou detalhar tudo isso no momento oportuno, da tribuna. Estou usando esses 5 minutos a que tenho direito pelo art. 164 para dizer que o meu julgamento é daqueles que me trouxeram para a Assembléia Legislativa, porque sei que aqui estão representadas todas as facetas da sociedade: os bons e os ruins. Infelizmente, temos pessoas boas e ruins nesta Casa. Se pertença aos bons ou aos ruins, aqueles que me elegeram é que poderiam fazer uma pesquisa na cidade de Esmeraldas - onde exerci a medicina durante seis anos -, em Belo Horizonte, em Pedro Leopoldo, Muzambinho e Monte Belo.

Em relação ao terceiro ponto, o mais grave entre as acusações, V. Exa., Sr. Presidente, Deputado Durval Ângelo, sabe muito bem que não sou protetor de ninguém. Tento aqui

defender o que julgo correto e verdadeiro. Tenho amizade com o Promotor da Comarca de Lavras, Dimas Messias de Carvalho, que no ano passado foi ameaçado de morte em sua cidade. V. Exa., Deputado Durval Ângelo, bem como o Deputado João Leite e eu, fomos a Lavras, numa missão da Assembléia Legislativa, junto com pessoas do Ministério Público, para prestar solidariedade ao Promotor, que estava sendo ameaçado de morte devido a atitudes corretas que tem tomado dentro do Ministério Público. Não cabe a mim entrar nas querelas e nas brigas pessoais da irmã do Deputado, a MM. Juíza Iara, da cidade de Bom Sucesso, com o Promotor Dimas Messias de Carvalho. Ele realmente pediu transferência de Bom Sucesso por divergências pessoais com a irmã do Deputado, Juíza daquela comarca. Se também tem acusações contra ele, cabe ao Ministério Público apurar.

Creio que o Ministério Público é, hoje, a instituição de maior credibilidade neste País. Há menos de 15 dias, o Promotor André Ubaldino, que acompanha a CPI do Narcotráfico desta Assembléia, diante desse vazamento de informações a respeito de envolvimento do Promotor nessa área, fez pesquisas, esteve com o Subprocurador-Geral do Estado, e, até o momento, que eu saiba, não pesam acusações sobre ele. São questões pessoais da Juíza com o Promotor, briga paroquial da Comarca de Bom Sucesso.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, mais uma vez vimos aqui, atônitos, estarecidos, o Deputado Irani Barbosa ocupar esta tribuna e, num desrespeito a todos nós Deputados, num desrespeito à imprensa, num desrespeito às galerias, num desrespeito aos telespectadores da TV Assembléia, girar sua metralhadora e apontá-la para esta Deputada, inclusive se referindo a ela como Delegada de Polícia. Delegada de Polícia, sim, que exerceu sua profissão com muita competência, com muito orgulho, que nunca teve medo nem de assombração, quanto mais de bandido. É importante que fique claro e ressaltado que esta Deputada, com muito orgulho, quer dizer ao Deputado Irani Barbosa que é Delegada de Polícia sim. Delegada que cumpriu seu papel e que hoje está aqui, Deputado Irani Barbosa, cumprindo seu papel como Deputada.

V. Exa. se referiu de forma também extremamente desrespeitosa ao nosso companheiro Deputado Marco Régis, à classe médica e ao Prefeito Célio de Castro. É impossível que possamos entender que as palavras de baixo calão, pela segunda vez desta tribuna - na quinta-feira próxima passada e hoje novamente -, seja uma coisa normal. Acredito que o Deputado Irani Barbosa, que tanto difamou a classe médica aqui, apesar de leiga que sou, esteja precisando da própria classe médica, na especialidade de psiquiatria. Uma pessoa em seu estado normal não tem como chegar a esta tribuna e dizer palavras de baixo calão, injuriar, difamar, caluniar. Se ele estiver, Sr. Presidente, o PSB exige, desta Casa, providências energéticas contra o Deputado Irani Barbosa.

Não podemos aceitar mais o que vimos na quinta-feira e ontem. A Corregedoria tem que funcionar. O decoro parlamentar deve existir na Casa. É lamentável que milhares de pessoas, através da TV Assembléia, estejam presenciando fatos tão repugnantes. Se temos diferenças, vamos discuti-las, mas apenas as diferenças políticas. E em alto nível.

Deputado Irani Barbosa, não é justo que V. Exa. venha a essa tribuna, usando o artifício da imunidade parlamentar, para falar todas as palavras que eu, por questão de berço e de educação, jamais irei repetir. Mas exijo, em nome do Partido Socialista Brasileiro - PSB - e como Presidente do Diretório Estadual, que a Corregedoria tome providências. Se é desvio de caráter, temos que tomar providências, porque isso não pode mais acontecer. Se é doença, traga o atestado e teremos capacidade de entender. Agora, se não for por motivo de doença, a Casa, a Corregedoria precisa tomar providências sérias e honestas contra essa situação. Deputado Irani Barbosa, V. Exa. não me concedeu aparte em sua fala. Não foi democrático, então também não lhe concederei aparte hoje. Vou lhe dar o mesmo troco.

Sr. Presidente, quero dizer que mais uma vez o Deputado vem aqui difamar e injuriar o Prefeito Célio de Castro e buscar também discriminar um segmento da sociedade. É um desrespeito, e a Casa não pode se calar perante essa situação. Ou não teremos uma Mesa diretora e uma Corregedoria eficiente para trabalhar essa questão. Até quando teremos esse comportamento desenfreado do Deputado Irani Barbosa nessa tribuna? Deputado Irani Barbosa, a cerca não está podre. Estamos aqui para exigir providências.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, quero confessar minha admiração pela senhora, uma mulher, que, a despeito da pequena estatura física, está demonstrando ser uma mulher de grande coragem. Nunca vi, neste Plenário, nenhum dos Deputados enfrentar, da forma como V. Exa. está enfrentando, o Deputado Irani Barbosa, que lamentavelmente tem abusado de suas prerrogativas de parlamentar, denegrindo a Casa com os argumentos que utiliza para criticar as pessoas. Sr. Presidente da Mesa e ilustres Deputados, não podemos admitir que colegas usem argumentos da natureza que aqui têm sido usados. Temos sido motivo de chacota pela sociedade mineira em razão da qualidade da argumentação que tem sido utilizada na Casa.

Sr. Presidente, Corregedor da Casa e ilustres Deputados, não podemos permitir que fatos dessa natureza continuem acontecendo. Por isso, Deputada Elaine Matozinhos, quero me solidarizar com V. Exa. por estar demonstrando que se trata de uma mulher de coragem, que não tem medo de enfrentar e de dizer a verdade para a Casa. Infelizmente, fatos como esse não têm sido enfrentados por todos aqui, nem pela Presidência nem pela Corregedoria. Estamos cansados de ver o ilustre colega desacatar a Presidência e outros colegas, e não têm sido tomadas as providências cabíveis.

Não podemos continuar a aceitar esse tipo de coisa, sob pena de sermos vítimas de chacotas e críticas. Se continuar assim, nunca vamos conseguir resgatar a credibilidade do homem público, da Assembléia Legislativa e dos Deputados perante a sociedade mineira enquanto tivermos colegas agindo dessa forma neste Plenário. Por isso, a minha solidariedade e o meu apoio a V. Exa., como membro e colega de V. Exa. no Partido Socialista Brasileiro - PSB.

O Deputado Marcelo Gonçalves (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, como Líder do PDT na Casa, quero parabenizá-la por seu pronunciamento. Quero dizer ao Deputado Chico Rafael que na Casa existe homem sim, também. Quero dizer que o Deputado Irani Barbosa nunca falou palavras depreciativas em relação ao PDT. Por esse motivo, nunca brigamos com o Deputado Irani Barbosa. Mas o PDT tem homem, muito sério e capaz de enfrentar qualquer Deputado da altura que for; o Deputado Irani Barbosa ou quem quer que seja. Quero parabenizá-la por seu pronunciamento, por sua atitude e por sua coragem.

Mais uma vez, como Líder do PDT, gostaria de dizer que o nosso partido nunca foi motivo de agressão do Deputado Irani Barbosa. Portanto, nunca tivemos uma discussão, mas, se houver, pode ter certeza de que, no PDT, há muitos homens.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Não vim aqui desafiar nenhum dos colegas, absolutamente. O que estamos fazendo é a defesa da Casa, da Assembléia Legislativa, de seu nome, de seu conceito e do conceito de todos os colegas perante a comunidade mineira.

Não queremos, Deputado Marcelo Gonçalves, lançar o desafio de quem é mais ou menos homem aqui dentro. Todos temos consciência da nossa responsabilidade. O que quero dizer é que, infelizmente, não temos visto nenhum colega se levantar contra a atitude do Deputado Irani Barbosa em defesa desta Casa. Muito obrigado, mais uma vez, Sra. Deputada.

A Deputada Maria José Hauelsen (em aparte) - Deputada Elaine Matozinhos, também queremos oferecer a nossa solidariedade à senhora, ao seu partido e ao Prefeito desta cidade, Dr. Célio de Castro, ofendido neste Plenário.

Entendemos que, nesta Casa, aquele decoro parlamentar está fazendo falta. Esta Casa tem um Corregedor. O que ouvimos aqui, na semana passada, foram palavras pesadíssimas, de baixo calão e ofensivas a qualquer parlamentar. Sei que é muito difícil entrar em polêmica com pessoas que levam a disputa para o campo da força física e não se baseiam na força das idéias, não têm palavreado capaz de uma discussão que não fira o ouvido dos cidadãos.

Acho também que a solidariedade desta Casa não deve ser apenas dirigida a "fulano", porque é do meu Partido. A solidariedade desta Casa deve ser prestada a qualquer cidadão, parlamentar ou não, Deputado ou não, que seja ofendido de maneira tão grosseira, como ouvimos.

É verdade que, em determinados momentos, é preferível que fiquemos calados. Quando as pessoas perdem a razão e não têm capacidade para dialogar, é bom que fiquemos calados, mas, depois, é preciso que se tomem providências. Porque senão, pode até parecer que nos acovardamos, pois vamos deixando que aumentem as asas daqueles que não sabem nos respeitar.

Lembro-me, para concluir, de um poema lindo e, neste momento, muito oportuno. É o seguinte: "Na primeira noite, entraram na nossa casa, pisaram a nossa grama e não falamos nada. Na segunda noite, roubaram uma flor do nosso jardim, mataram o nosso cão e não dissemos nada. Até que um dia, o mais covarde de todos, o menor de todos eles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, tira-nos a voz da garganta e, porque nunca dissemos nada, já não podemos dizer mais nada".

Penso, Deputada Elaine Matozinhos, que nesta Casa, todos que participam do Plenário, o Corregedor, o Presidente desta Casa, devíamos tomar providências para que as palavras

proferidas estejam no plano das idéias, e não no da agressão, de palavras que aviltam qualquer plenário do País.

A Deputada Elaine Matozinhos - Muito obrigada, Deputada Maria José. Agradeço a solidariedade de V. Exa. e do PT. Agradeço também a solidariedade do querido PDT.

Queria ainda, Sr. Presidente, dizer que, enquanto o Deputado Irani Barbosa fala sobre a intimidade do Sr. Prefeito Célio de Castro, vimos mostrar o trabalho do Prefeito, com milhares de atendimentos na área da saúde, incluindo pessoas de fora da Capital; as casas populares que foram entregues, o trabalho feito pela terceira idade; vimos aqui mostrar trabalho. E, mais uma vez, hoje, aqui, o Deputado Irani Barbosa quer desvirtuar tudo, distorcer o assunto, encaminhando para o lado que entendemos ser a verdadeira banda podre da política: estar aqui defendendo interesses que desconhecemos. Será que é o desespero por ver o nosso Prefeito Célio de Castro subir nas pesquisas? Será o grito do desesperado?

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, que esse seja o último dos gritos dos desesperados. Não mais estamos nem com ouvidos nem com paciência para ouvir esse tipo de coisa nesta Casa. E falo em nome dos Deputados desta Casa, dos nossos telespectadores da TV Assembléia, em nome do povo mineiro que nos trouxe até aqui para representá-lo, e não para ouvir palavras de baixo calão, palavras de baixo nível, com ofensas a uma classe médica inteira, com total desrespeito ao Prefeito deste município, com ofensas a Deputados desta Casa. Não admitimos mais isso, não mais aceitamos isso e tomaremos providências. Caso esta Casa não tome as devidas providências, nós as buscaremos em outros lugares, se necessário for, para acabar com essa vergonha que vimos aqui, na quinta-feira, e que novamente vimos hoje. Onde estão os alardeados documentos que seriam trazidos para comprovar o que foi dito contra o Prefeito Célio de Castro? Traga os documentos, prove, faça a discussão política, pois aqui estamos para isso. Mas ouvir calúnias, difamações e injúrias, isso não mais aceitamos, não concordamos, não admitimos. E que a Corregedoria tome as necessárias providências sob pena de esta Casa vir a abrigar o desrespeito total, o que, absolutamente, não queremos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da imprensa, visitantes que nos brindam com sua presença nas galerias, pouco temos que dizer diante do que aqui foi dito pela Deputada Elaine Matozinhos e por aqueles que a apartearam. Temos de preservar o nível de debate aqui, nesta Casa. Em vista disso, temos de arrefecer os ânimos. Temos o dever e a obrigação de refutar acusações malévolas, levianas, que nos são imputadas, não só a nós como a todos aqueles que foram aqui citados pelo Deputado Irani Barbosa.

Não sou porta-voz do Prefeito nem seu partidário, mas tenho orgulho de dizer que o Prefeito Célio de Castro é uma das bandeiras políticas deste Estado e, quiçá, do País. Sobre a acusação de que o Sindicato dos Médicos, a Associação Médica de Minas Gerais, o Conselho Regional de Medicina são a "banda podre" de uma categoria, tenho muito que refutar, porque sabemos que são essas as entidades mais representativas da medicina, medicina essa já tão aviltada pela poderosa mídia, que permanentemente tece comentários desairosos sobre médicos, que traz para a televisão denúncias de erro médico, assunto que não nos furtamos a debater quando necessário, porque o erro é inerente ao ser humano. Sabemos que o erro médico, como falha humana, existe sim, e até existe deliberadamente, feito por maus profissionais que achinhalham não só a classe médica, mas também todas as camadas, como a classe política e todas as profissões liberais, nos organismos sindicais e até no Poder Judiciário.

Portanto, estamos aqui, Sr. Presidente, para resgatar o procedimento correto que têm tido as entidades médicas deste Estado. Não podemos admitir que profissionais que deixam os seus afazeres de consultório para tomar partido de uma categoria o façam pelo simples prazer de aparecer na mídia e diante dos holofotes. Então, não podemos admitir que esses profissionais que representam categorias, como o Sindicato dos Médicos, presidido pelo Dr. Ricardo Menezes, a Associação Médica, pelo Dr. José Guerra Lages, e o Conselho Regional de Medicina, presidido pelo Dr. Cristiano Barsante, sejam considerados a "banda podre" de uma profissão. São, sim, cidadãos que exercem seus direitos de cidadania, que falam por uma categoria que nem sempre tem voz, que nem sempre tem coragem ou espaço para expressar seus sentimentos e pensamentos. Eles, sim, são defensores de uma classe já debilitada nos dias de hoje, uma categoria médica que possui, segundo as estatísticas, 70% dos seus profissionais recebendo menos de R\$2.000,00 por mês. A medicina, que já foi dita uma profissão de elite, rendosa, que, na verdade, hoje está restrita a alguns poucos membros dessa categoria. A maioria pena, labuta nos sindicatos, nas fábricas e nos consultórios de medicina de grupo, explorados por outros senhores que usufruem esse trabalho médico. E, dessas categorias de que falamos, uma delas, o Conselho Regional, é ilibada, órgão fiscalizador legalmente constituído, desde que Juscelino Kubitschek criou a legislação referente aos conselhos regionais e federais, seja dos engenheiros, seja dos médicos, seja dos enfermeiros, seja dos advogados. Essa é uma entidade que muitas vezes é denunciada como corporativa, que protege seus profissionais, mas que, sabemos, tem dado demonstrações de punição aos profissionais que infringem a ética médica e, muitas vezes, a própria lei do País.

Quero falar sobre o assunto tratado aqui pelo Deputado Irani Barbosa, ou seja, minhas ligações com o Promotor da Comarca de Lavras, Dr. Dimas Messias de Carvalho, e sobre a acusação da irmã do Deputado, Juíza de Direito da Comarca de Bom Sucesso, onde esse representante do Ministério Público militou por alguns anos e o fez com grandeza, que é sua característica até hoje no Ministério Público. Filho de uma família humilde da cidade de Perdões, é um vitorioso na vida. Vindo de uma família pobre, filho de um pai que carrega bois pelas ruas de Perdões, ele foi funcionário público neste Estado, servindo numa empresa estatal de Minas Gerais, tendo sido aprovado, por méritos próprios, em concurso do Ministério Público, o qual sabemos tão difícil. Hoje, é um Promotor reconhecido pela instituição Ministério Público, porque, se não o fosse, já teria sido excluído dessa instituição.

Quanto às acusações que o Deputado a ele faz, através de sua irmã Juíza, são fruto de desentendimentos pessoais ocorridos na Comarca de Bom Sucesso, há um ou dois anos, quando o Promotor, não suportando as pressões do Judiciário, pediu a sua saída da Comarca. Foi para Lavras, onde deu demonstrações de combate ao crime. Por isso mesmo, foram ele, sua mulher e filhos, muitas vezes, ameaçados de morte. Então, uma comissão de Deputados, encabeçada pelo Deputado Durval Ângelo, do PT, pelo Deputado João Leite, do PSDB, e por mim, porque pedi a minha inclusão nessa comitiva, foi prestar solidariedade ao Promotor na Comarca de Lavras. Nós, Deputados, aliados a outros membros do Ministério Público, prestamos esse apoio ao colega deles que era ameaçado de morte. Tenho certeza de que, com relação às acusações por ele feitas ao Promotor, em nome de sua irmã, que, de certa feita, não encontrou guarida em certos setores da imprensa, porque a imprensa que recebeu essas denúncias procurou o Subprocurador de Justiça deste Estado, que deu o testemunho de que o Promotor gozava da confiança do Ministério Público, e o Ministério Público não acobertaria denúncias dessa gravidade. Tenho a convicção de que tudo isso que aqui foi dito são levianidades. E as denúncias contra o Promotor devem ser apuradas pela instituição a que pertence e pelo próprio Judiciário.

Com relação à acusação a mim feita, de pertencer à "banda podre" da medicina, porque, com humor negro, na sexta-feira, pela manhã, recomendei ao Deputado que se cuidasse ao chamar a medicina de "máfia de branco", porque poderia ser vítima de alguma injeçãozinha letal, de tudo que disse em meu pronunciamento, naquela sexta-feira, nada foi retirado, pois já defendi casos piores nesta Casa. Sou homem, tenho 56 anos de idade, sou muito vivo e tenho muita quilometragem para retirar o que digo. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa - (- Lê:)

"Bicha: designação comum a todos os vermes e répteis de forma comprida; sanguessuga; forma ou figura de dança em que todos os pares se enfileiram; fileira de pessoas; antigo corpo de tropas; mulher muito irritada; escalar da alfândega empregado na fiscalização; galão ou divisa na manga de um uniforme; brinquedo de criança que imita um lagarto; cobra, víbora; artefato pirotécnico que consiste num canudinho de papelão cheio de pólvora e munido de um pavio que, ao se queimar, faz estalar o canudinho; febre amarela; serpentina de alambique; fogo de artifício que rodopia pelo chão; hidra de lerna; grande dificuldade ou fazer diabruras". Quando me referi a (...) que roubou R\$84.000.000,00, falei do (...), que tirava o sangue da população. E o sinônimo de (...) é (...). Não falei nenhum palavra.

\* - Sem revisão do orador.

(...) - Palavras expungidas por Decisão da Presidência proferida em 23/3/2000.